



Relatório da Administração 2007



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas e à Sociedade

A administração da **J. Macêdo S/A** submete a apreciação de V.S.^{as} o resultado do exercício de 2007. As demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM (“BR GAAP”).

Mensagem da Administração

O Exercício de 2007 foi marcado por mudanças operacionais e financeiras relevantes, que levaram a dois períodos muito distintos em termos de desempenho e prepararam ainda mais o caminho da Empresa para um crescimento sustentável em longo prazo.

O cenário macroeconômico nacional permaneceu ao longo do ano caracterizando o setor de consumo com diversos vetores positivos, destacando-se o processo de queda da taxa de juros, o crescimento econômico, que vem se tornando mais consistente, e a continuidade positiva dos indicadores de emprego e de salários.

Em nosso setor de atuação confirmou-se, durante o primeiro trimestre, a expectativa de significativa elevação nos patamares de preços de nossa principal matéria-prima, o trigo. Esta importante alteração em nossa matriz de custos levou-nos, ao longo da primeira metade do ano, a uma oportuna e firme revisão de nossas políticas comerciais, particularmente as dirigidas aos canais atacado e distribuidores, ao mesmo tempo em que iniciamos o realinhamento de nossas tabelas de preços, em movimento de recuperação de margens. Como conseqüência, terminamos o primeiro semestre do ano com resultado insatisfatório, no entanto estrategicamente e comercialmente muito melhor posicionados para um novo e talvez prolongado período de preços historicamente altos para o trigo. O acerto desta decisão pode ser observado ao longo de todo o segundo semestre, com nossas margens voltando aos níveis esperados e nossos volumes sendo gradativamente aumentados.

O exercício foi também marcado por mais um passo no desenvolvimento de nossa Governança Corporativa e maturidade empresarial, com a abertura de capital da Companhia, através de registro obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 16 de outubro, e pela primeira emissão pública de debêntures, no total de R\$ 103,6 milhões, com fortalecimento da nossa estrutura de capital. Para a realização da emissão a Companhia submeteu-se a análise externa de *rating* feita por empresa especializada, Standard & Poor’s, obtendo o *grade* “BrA-“ (escala Brasil), em Setembro de 2007.

A combinação dos eventos e movimentos acima, a força de nossas marcas, o compromisso com a satisfação de nossos consumidores e a confiança, qualificação e dedicação de nossos colaboradores e parceiros comerciais nos deixam, ao final do exercício, bem posicionados para a continuidade da implementação de nossa estratégia de desenvolvimento sustentado, baseado em índices adequados de rentabilidade e participações de mercado crescentes das nossas principais linhas de produtos.

Principais Indicadores Financeiros - R\$ (000)

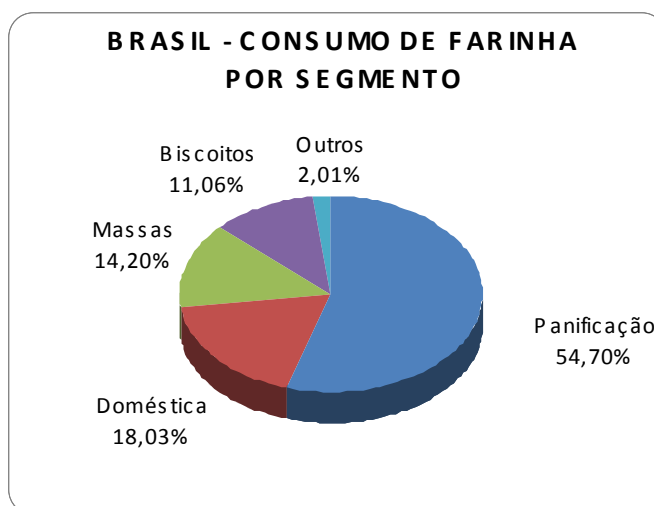
Descrição	1 SEM 06	1 SEM 07	1S07 x 1S06	2 SEM 06	2 SEM 07	2S07 x 2S06	TOTAL 06	TOTAL 07	12M07 x 12M06
Receita Bruta	555.644	570.866	2,7%	597.570	689.303	15,4%	1.153.214	1.260.169	9,3%
Receita Líquida de Impostos	455.123	470.893	3,5%	493.553	573.733	16,2%	948.676	1.044.626	10,1%
Lucro Bruto	146.221	143.398	(1,9%)	166.386	175.989	5,8%	312.607	319.387	2,2%
Resultado antes do IR	12.864	(10.378)	NA	23.086	30.363	31,5%	35.950	19.985	(44,4%)
EBITDA	28.041	7.424	(73,5%)	42.006	47.263	12,5%	70.047	54.687	(21,9%)
Margem EBITDA	6,2%	1,6%		8,5%	8,2%		7,4%	5,2%	

Os dados de 2006 referem-se à antiga J. Macêdo S/A, CNPJ 72.027.014/0001-00, sociedade incorporada em 31.12.2006. Para fins de comparabilidade foram efetuadas realocações pró-forma entre as linhas de impostos sobre vendas e receita financeira, conforme Nota Explicativa 2b, sendo em 2006 R\$ 1,4MM no primeiro semestre e R\$ 4,4MM no segundo semestre, e em 2007 R\$ 5,5MM no primeiro semestre e R\$ 9,9MM no segundo semestre.

Desempenho Setorial

Farinha de Trigo

A produção e demanda de farinha de trigo no Brasil têm apresentado sinais de estabilidade, porém com alguma tendência de queda no segmento de uso doméstico, refletindo a maturidade deste mercado e a migração dos hábitos de consumo para derivados de trigo mais elaborados. Conforme dados da ABITRIGO de 2006, o gráfico abaixo mostra a segmentação do mercado de farinhas, onde se pode observar que a participação de farinhas domésticas, setor onde atuamos, situa-se em torno de 18%.



A penetração de farinha importada da Argentina teve impacto volumétrico insignificante no nosso setor de atuação, em razão do processo de distribuição e força de marcas, capacitações inerentes ao setor de consumo, porém foi um fator com certa relevância na formação de preços nas regiões sul e sudeste, em razão de mecanismo tributário adotado por aquele País que penaliza a exportação do trigo em grãos e favorece a exportação de farinhas. De acordo com dados da ABITRIGO a importação de farinhas da Argentina atingiu em 2007 um volume recorde de 626 mil toneladas, representando cerca de 9,4% do consumo nacional e 367% acima do ano de 2006.

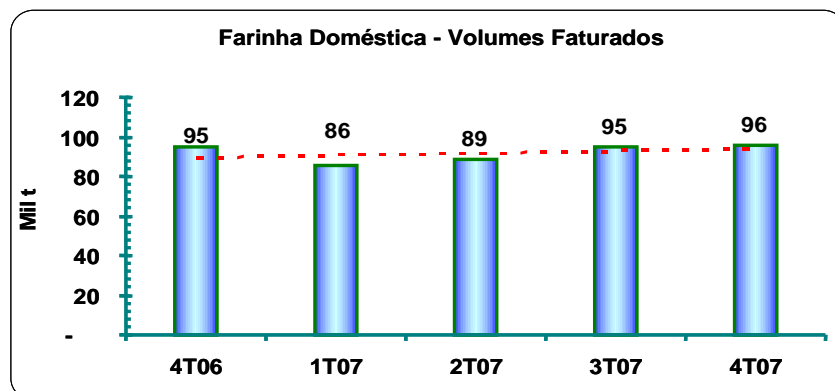
A participação de mercado da Companhia no bimestre encerrado em Novembro de 2007 revela a continuidade de nossa liderança no segmento, como se vê abaixo, consistente com o movimento de manutenção estratégica de participação nesta linha de produto.

**Participação % Market Share
Farinhas - Share Volumes**

Fabricantes	Bimestres			△ Pontos
	ON06	AS07	ON07	ON06 ON07
J. MACÊDO	28,10	27,40	27,00	(1,10)
A	6,10	6,80	6,70	0,60
B	6,50	5,80	4,70	(1,80)
C	3,80	5,20	4,60	0,80
D	1,20	1,30	1,40	0,20
Outros	54,30	53,50	55,60	1,30

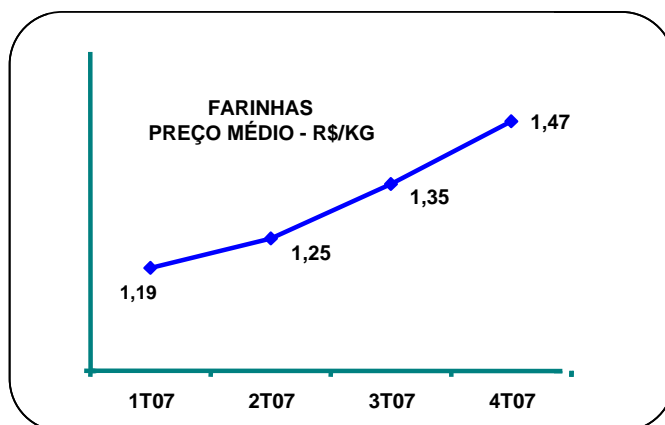
Fonte: AC Nielsen

Cabe observar que a redução de participação em volume apresentada na última leitura de Out/Nov 2007 em relação a 2006 não é integralmente consistente com o volume efetivamente faturado pela Companhia, pois a metodologia da pesquisa deixa de capturar regiões e mercados atingidos por canais do tipo atacado, onde temos presença relevante. O gráfico abaixo mostra a evolução dos volumes de venda da J. Macêdo ao longo de 2007, em comparação com o último trimestre de 2006.



Fonte: dados internos da Companhia

Em consonância com a nossa diretriz de preservação de margens sem sacrifício relevante de nosso *market share*, corrigimos os preços de farinha doméstica consistentemente ao longo de 2007, totalizando 23,5% ao final do período. Este movimento foi necessário em função do aumento dos custos da principal matéria-prima, trigo em grãos, conjugado com o reposicionamento de nossas principais marcas em alguns mercados relevantes.



Fonte: dados internos da Companhia

A medida de *share* valor no mesmo bimestre de outubro e novembro de 2007 deixa claro o acerto e equilíbrio alcançado pela Companhia na implementação da sua estratégia de apreçamento, com balanceamento entre margens e participações de mercado.

Participação % Market Share Farinhas - Share Valor

Fabricantes	Bimestres			△ Pontos
	ON06	AS07	ON07	ON06 ON07
J. MACÊDO	31,60	31,40	31,10	(0,50)
A	6,00	6,50	6,40	0,40
B	5,70	5,00	4,20	(1,50)
C	4,20	5,50	5,00	0,80
D	1,50	1,70	1,80	0,30
Outros	51,00	49,90	51,50	0,50

Fonte: AC Nielsen

Massas Secas

O mercado de massas secas vem evoluindo favoravelmente, apresentando crescimento consistente ao longo dos últimos anos. Segundo dados da ABIMA, o volume consumido no Brasil foi de 1.100 mil t em 2007, com um crescimento de 5% em relação ao ano anterior.

Em consonância com os períodos de leitura da AC Nielsen, para a categoria de massas secas a Companhia usa o bimestre novembro e dezembro de 2007 como a referência para mensurar seu desempenho entre 2006 e 2007 e na avaliação do 4T07.

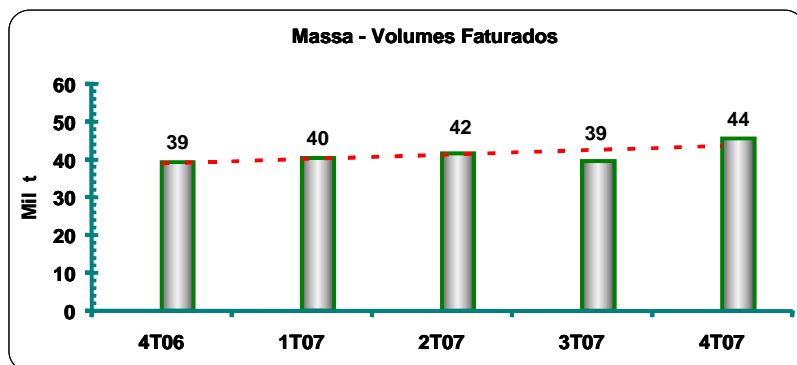
Como se mostra no quadro abaixo, houve uma ligeira redução de *market share* em volume, quando comparadas as leituras ND07 e ND06, motivada pela mudança da política comercial no primeiro semestre e principalmente pelas constantes correções de preços, necessárias para reposição dos relevantes aumentos de preço do trigo.

Participação % Market Share Massas - Share Volumes

Fabricantes	Bimestres			△ Pontos
	ND06	SO07	ND07	ND06 ND07
J. MACÊDO	11,90	11,30	11,60	(0,30)
A	16,20	19,30	18,60	2,40
B	11,40	10,20	10,10	(1,30)
C	6,30	6,40	6,00	(0,30)
D	5,70	6,30	6,20	0,50
Outros	48,50	46,50	47,50	(1,00)

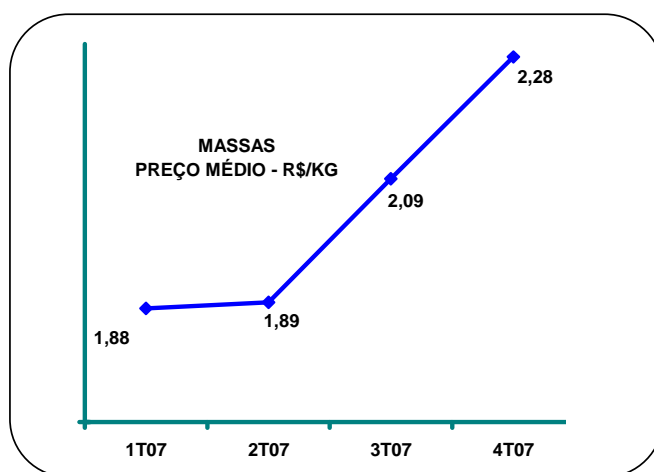
Fonte: AC Nielsen

A leitura de ND07 em relação ao bimestre anterior, por outro lado, demonstra a recuperação gradual da nossa participação de mercado, seguindo a mesma diretriz de balanceamento e equilíbrio entre rentabilidade e *market share*. Esta recuperação também está destacada na evolução do volume de vendas da empresa, conforme o quadro abaixo:



Fonte: dados internos da Companhia

Assim como ocorreu para a linha de farinhas, corrigimos nossos preços de massas consistentemente ao longo de 2007, totalizando 21,3% ao final do período. Este movimento, demonstrado no gráfico abaixo, também foi necessário em função do aumento dos custos da principal matéria-prima, trigo, sendo, inicialmente, menos significativo em função de forte concorrência. Ao final do segundo trimestre fizemos a opção pelo repasse dos custos aos nossos preços, para a preservação de nossas margens, trabalhando nosso *market share* através da força de nossas marcas e ações de *trade marketing* junto aos nossos canais de vendas e consumidores.



Fonte: dados internos da Companhia

O mercado de massas secas alimentícias é segmentado nas categorias Comum, Sêmola, Ovos e Grano Duro, em ordem crescente de valor agregado. Em apoio ao esforço de recuperação de margens e *market share*, focamos também nossos esforços nas categorias ovos, onde temos participação relevante. Abaixo segue a participação de mercado da J. Macêdo nesses segmentos:

Evolução Share Volume J. Macêdo

Massas

Segmentos	Bimestres			△ Pontos
	ND06	SO07	ND07	ND06 ND07
Comum	3,30	3,10	3,00	(0,30)
Sêmola	3,70	3,30	3,50	(0,20)
Ovos	4,60	4,70	4,90	0,30
Grano Duro	0,30	0,20	0,20	(0,10)
Total	11,90	11,30	11,60	(0,30)

Fonte: AC Nielsen

A leitura de *share* valor do bimestre ND07 em relação ao período imediatamente anterior demonstra também alguma recuperação da nossa participação, seguindo a mesma diretriz de balanceamento e equilíbrio entre rentabilidade e *market share*.

Participação % Market Share

Massas - Share Valores

Fabricantes	Bimestres			△ Pontos
	ND06	SO07	ND07	ND06 ND07
J. MACÊDO	11,00	10,70	10,90	(0,10)
A	17,20	19,40	19,00	1,80
B	12,80	11,80	11,70	(1,10)
C	6,90	6,80	6,40	(0,50)
D	4,60	5,00	5,10	0,50
Outros	47,50	46,30	46,90	(0,60)

Fonte: AC Nielsen

Atenta à sua participação na categoria comum, e visando a recuperação rentável de *share*, a Companhia lançou, durante o segundo semestre, novos cortes de massa do tipo comum com a marca Brandini, que neste segmento é detentora de forte *recall*, em especial nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, contemplando os cortes Parafuso 500g, Espaguete 1 kg e Furadinho 500 g.

Massas Instantâneas

Segundo a ABIMA, o mercado de massas instantâneas movimenta no Brasil cerca de 127 mil t ano, com um valor total estimado em R\$ 1.190 milhões em 2007. O consumo vem crescendo em 3,5%, na média dos últimos cinco anos, apresentando atratividade econômica e estratégica para a Companhia, em razão da alavancagem possível com a extensão de nossas marcas e da nossa capacidade de distribuição.

Iniciamos nossa atuação neste segmento apenas em Junho de 2005, inicialmente com produção limitada, terceirizada, e foco regional na região Nordeste. Após a introdução bem-sucedida dos nossos produtos, com a marca Brandini, estendemos a nossa atuação para todas as regiões do País, porém ainda com produção limitada e terceirizada.

Em aderência aos nossos valores de desenvolvimento responsável e sustentado, estabelecemos parceria com o Projeto Tamar, através da qual a marca Brandini patrocina financeiramente e divulga o mesmo em todas as embalagens deste produto.

Misturas para Bolo

A liderança deste mercado continua pertencendo à Companhia, com especial destaque para a marca Dona Benta, que detém 25% de participação no mesmo. Mantivemos também para esta linha a nossa diretriz de preservação de margens, procurando o equilíbrio com as nossas participações de mercado. Mesmo com a concorrência de produtos regionais de menor qualidade e preços reduzidos, mantivemos nosso *share*, ao longo do segundo semestre, embora com pequena queda em relação a 2006, dada a reposição de preços necessária em função dos aumentos de custos de trigo.

Trabalhando com produtos diferenciados, nossa estratégia é pautada por inovações e qualidade superior, buscando sempre melhores margens e maior captura de valor para a categoria, sem descuidar do atendimento ao mercado consumidor de menor poder aquisitivo.

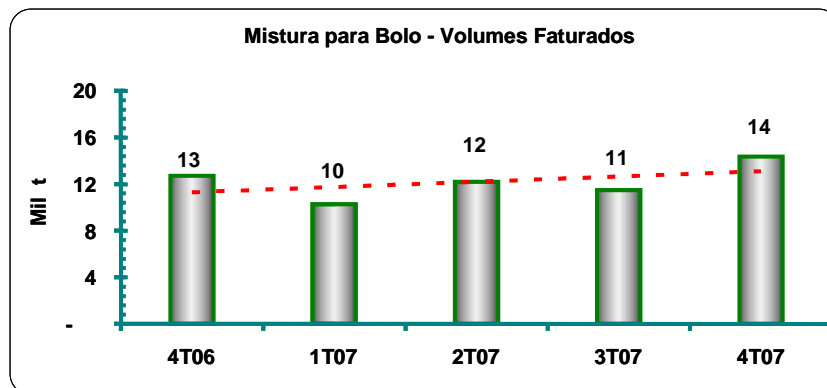
A tabela seguinte mostra as participações da Companhia, traduzidas em *share* volume, conforme levantamentos da AC Nielsen para os bimestres outubro/novembro de 2006 e de 2007:

Participação % Market Share Misturas - Share Volumes

Fabricantes	Bimestres			△ Pontos
	ON06	AS07	ON07	ON06 ON07
J. MACÊDO	42,80	41,40	41,60	(1,2)
A	12,80	13,50	14,10	1,3
B	1,90	4,00	4,50	2,6
C	5,20	3,40	3,10	(2,1)
D	3,00	3,20	3,00	-
Outros	34,30	34,50	33,70	(0,6)

Fonte: AC Nielsen

Também em misturas domésticas para bolos, nossos volumes faturados apresentam tendência de crescimento contra o ano anterior, como ilustrado abaixo:



Fonte: dados internos da Companhia

Assim como acontece para a linha de farinhas, no segmento de misturas para bolo nossos produtos capturam uma parcela proporcionalmente maior de participação em valor de mercado, devido à força de nossas marcas e qualidade de nossos produtos.

Participação % Market Share Misturas - Share Valor

Fabricantes	Bimestres			△ Pontos ON06 ON07
	ON06	AS07	ON07	
J. MACÊDO	44,30	43,40	43,30	(1,00)
A	9,70	10,10	10,60	0,90
B	2,20	4,90	5,50	3,30
C	4,10	2,60	2,30	(1,80)
D	5,60	5,50	5,30	(0,30)
Outros	34,10	33,50	33,00	(1,10)

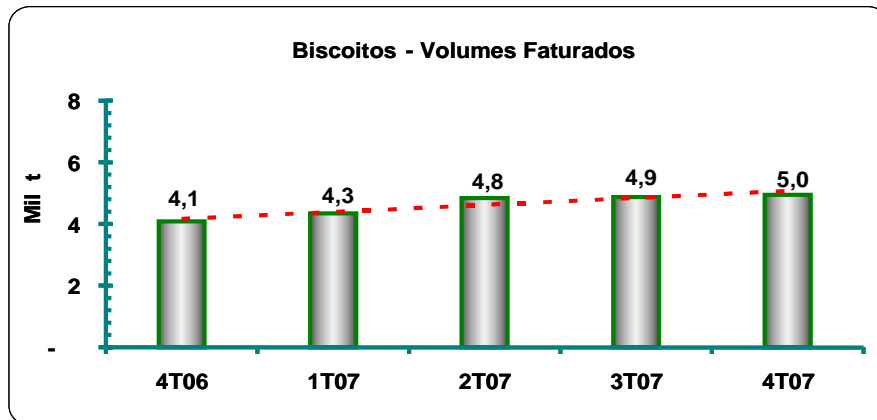
Fonte: AC Nielsen

Sobremesas, Biscoitos e Fermentos

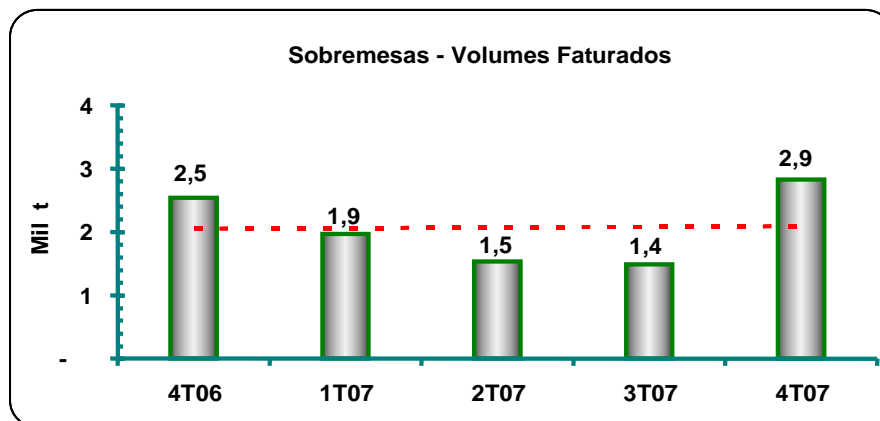
A J. Macêdo segue atuando com foco também nas linhas de Sobremesas, aonde a empresa vem conquistando significativa participação de mercado com a marca Sol, Biscoitos, com a marca Águia, e Fermentos para uso doméstico com as marcas Dona Benta e Fermix.

Estas linhas têm conjuntamente uma participação de 9% no nosso faturamento, e apresentam boa oportunidade de crescimento em volume e rentabilidade, tanto pelo seu

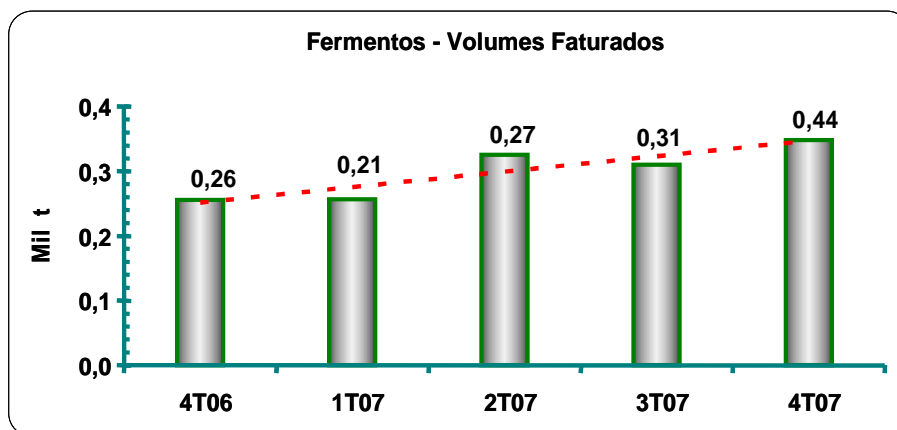
valor agregado quanto pela expectativa de crescimento do próprio mercado. A linha de sobremesas apresenta alguma flutuação de volumes em função de sazonalidade própria deste mercado, com os maiores volumes sendo comercializados habitualmente ao longo do 4º trimestre do ano.



Fonte: dados internos da Companhia



Fonte: dados internos da Companhia



Fonte: dados internos da Companhia

O Mercado de Trigo

Como segunda maior processadora de trigo em grãos no Brasil, a Companhia acompanha profundamente o mercado mundial de commodities, em especial o trigo em grão, monitorando todos os vetores que tendam a impactar sua operação, em especial aqueles que possam vir a ter rebatimento sobre a formação de preços, dentre os quais se citam: safras, estoques, eventos climáticos, principais demandas, decisões de política econômica dentro e fora do País, produção e demanda de outras commodities agrícolas, tendências e direcionamentos dos maiores produtores mundiais, tudo com o apoio de sistemas de informações em tempo real e on-line junto às principais bolsas de mercadorias e companhias de *trading* do mundo, além de visitas de seus técnicos às principais zonas produtoras, sempre que necessário.

A Companhia mantém, igualmente, estreito acompanhamento do mercado de fretes marítimos, utilizando-se de consultoria especializada e mantendo contratos de longo prazo com armadores nacionais e estrangeiros de forma a prover parte de sua demanda, garantindo a disponibilidade e previsibilidade de preços.

Uma seqüência de eventos negativos atuou e vem atuando sobre o mercado de trigo no mundo, tais como: excesso de chuvas na Europa Ocidental, falta de chuva na Ucrânia e na Austrália, redução nas projeções da safra canadense, e, do lado da demanda, a entrada de Índia, Egito, Marrocos e Turquia como compradores. A frustração na safra de milho europeia, criando demanda adicional ao trigo de baixa qualidade para alimentação animal (*feed wheat*) contribuiu para explosão dos preços. Neste cenário os preços mundiais romperam todos os recordes anteriores, sendo o trigo cotado acima de USD 350 a tonelada FOB nos principais mercados exportadores. Alguns trigos de alta qualidade (trigo de primavera americano e canadense) ultrapassaram os USD 450 / t no final de dezembro.

A safra 2007 de trigo nacional foi calculada em 3,8 milhões de toneladas (contra 2,3 milhões de toneladas em 2006), e se desenvolveu em boas condições, com os estados do Paraná (maior produtor, com 1,8 milhões de toneladas), São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas e Goiás ofertando trigo de excelente qualidade a partir do final de agosto, o que foi rapidamente absorvido pela indústria moageira da região produtora a preços estimulantes

ao produtor (entre R\$ 550-660 FOT). Os atuais preços internacionais permitiram ao Rio Grande do Sul (segundo produtor nacional com safra calculada em 1,5 milhões de toneladas) realizar vendas futuras para exportação de parte de seus excedentes, para embarques entre Dezembro / 07 e Março / 08.

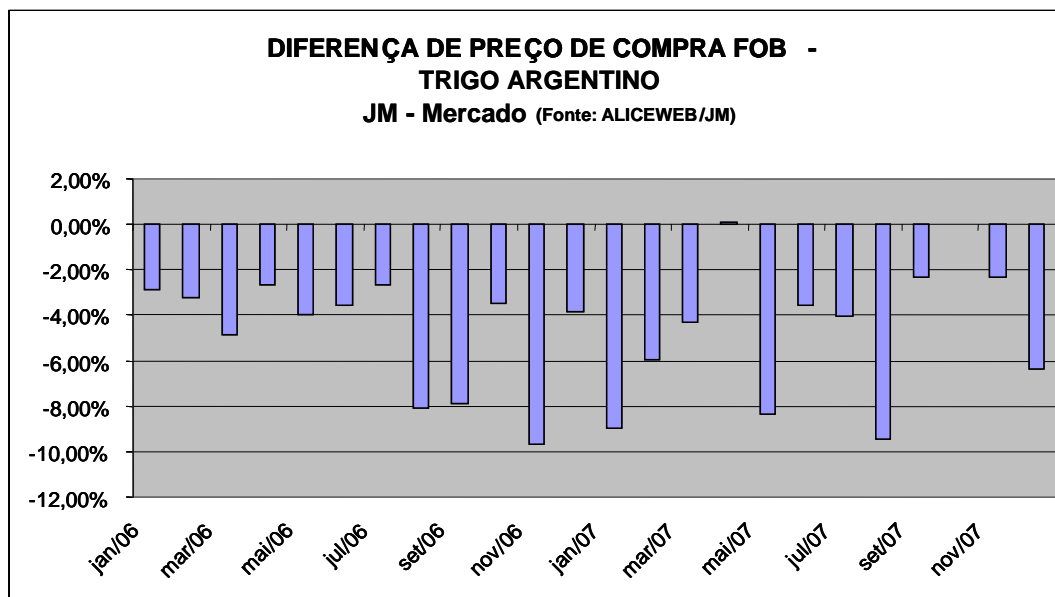
O mercado de fretes marítimos (base da logística de importação) manteve a escalada de preços com sucessivas quebras dos índices da *The Baltic Exchange*. As causas destes aumentos estão associadas ao aumento de preços do petróleo e do aço, mas fundamentalmente ao expressivo aumento da demanda por fretes marítimos motivada pelo aumento do comércio internacional. Para viabilizar o crescimento acelerado de países como China e Índia são necessários volumes crescentes de ferro, carvão, fertilizantes e grãos.

A renovação da frota mundial de graneleiros, com a contínua e persistente substituição de navios menores (10-25 mil t de capacidade de carga) que são sucateados, por outros maiores (capacidade de carga acima de 55 mil toneladas) reduz a oferta dos navios normalmente utilizados nos fretes da cabotagem Brasil-Argentina (20 – 35 mil t), contribuindo para a firmeza dos preços neste mercado. Esta trajetória de alta vem sendo mantida, sendo que analistas do setor mostram cenários de preços firmes para todo ano de 2008. Também há consenso entre os analistas de que apenas uma significativa redução no ritmo de crescimento de China e Índia possa reverter este quadro em 2008.

Mantemos contratos de afretamento de médio prazo (até um ano) com armadores para as rotas da Argentina-Brasil o que tem minimizado os impactos da alta no preço dos fretes. Por não serem habituais, nossas contratações de frete para as importações da América do Norte foram efetuadas no mercado spot.

O trigo argentino foi responsável por cerca de 92% das importações brasileiras de 2006, participação esta reduzida para 86% em 2007, sendo o mercado parcialmente abastecido pelos EUA (5%), Canadá (5%), além de Paraguai (2%) e Uruguai (2%) O trigo importado foi responsável por 70% do abastecimento da Companhia no primeiro semestre e por 65% no segundo semestre, sendo substituído por maior uso de trigo nacional.

Os indicadores de mercado para estabelecimento de referências do preço de trigo são pouco precisos, pelas características de comercialização do Brasil, o que leva a Companhia a adotar como um dos indicadores de sua performance de compra os números divulgados pelo Ministério da Indústria e Comércio (MDIC) no sistema ALICEWEB (Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet, da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX), com indicação do preço FOB de trigo Argentino nacionalizado mês a mês, com base nas declarações de importação oficiais.



A avaliação dos ganhos de competitividade de compra de J. Macêdo *versus* concorrentes na compra de trigo argentino, medido pelo indicador acima, mostra ganhos acumulados de 8,6% em 2007 (4,7% no primeiro semestre) comparados aos 3,5% no ano de 2006, demonstrando o acerto da estratégia de compra adotada pela Companhia.

Temos importante participação na compra da safra de trigo nacional, sendo um dos três maiores compradores do trigo produzido no Brasil. Mantemos estreito contato com fornecedores (produtores, cooperativas e comerciantes) nos principais estados produtores (Rio Grande do Sul e Paraná), desenvolvendo programas de estímulo a produção com qualidade adequada as nossas necessidades, contando com técnicos acompanhando a evolução das safras “*in loco*”.

A nossa expectativa é de preços firmes para o trigo durante todo ano de 2008, não sendo esperado retorno aos patamares vigentes em 2006, mesmo com a possibilidade de uma abundante safra 2008/09 no hemisfério norte a partir de maio. Considerando a perspectiva de preços e as incertezas de disponibilidade na Argentina (fornecedor mais competitivo ao Brasil), a Companhia decidiu, ao final do ano, aumentar seus estoques de grãos (tanto Argentino como trigo nacional), especialmente o trigo paranaense, que nesta safra apresentou excelente qualidade.

Principais Fatos Operacionais, Administrativos e Eventos Subseqüentes

O *footprint* da Companhia é composto por um conjunto de plantas industriais estrategicamente localizadas em todo o território brasileiro, compreendendo cinco fábricas de massas (Itapetininga – SP, Cabedelo - PB, Maceió – AL, Salvador – BA e São José dos Campos – SP) duas fábricas de sobremesas e gelatinas (Itapetininga e Jaguaré, ambas em

SP), duas fábricas de misturas para bolo (Jaguaré – SP e Salvador – BA), uma fábrica de biscoitos (Simões Filho, BA), além de quatro moinhos de trigo (Fortaleza - CE, Salvador – BA, São Paulo – SP e Londrina – PR). Adicionalmente, em decorrência de acordos e parceria, a nossa moagem de trigo é realizada em mais sete unidades de propriedade da Bunge Alimentos, com base em contrato de industrialização por encomenda.

A companhia investiu durante o ano de 2007 em obras de ampliação de capacidade do Moinho Fortaleza, de 1.050 para 1.600 t / dia, com início de operação ocorrendo em fevereiro de 2008, e na ampliação da capacidade de fabricação do biscoito Salt Cracker, de 700 para 900 t / mês.

Em 29 de junho de 2007 ingressamos com pedido de registro de Companhia Aberta, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, juntamente com o pedido de registro de Distribuição da Primeira Emissão Pública de Debêntures, tendo sido ambos aprovados no dia 16 de outubro de 2007. A liquidação desta operação foi realizada em 18 de Outubro de 2007, com a captação de R\$ 105,1 milhões (valor original da emissão de R\$ 103,6 milhões, corrigido até a data da liquidação).

Ainda ao final de 2007 foi tomada a decisão de substituição de nossos principais aplicativos e sistemas operacionais, tendo sido escolhida a solução baseada no sistema SAP R/3. O projeto será implementado ao longo do ano de 2008, com previsão de comissionamento e conversão total da plataforma ao início de 2009.

Resultados do Exercício de 2007

O desempenho da J. Macêdo em 2007 foi marcado por relevantes mudanças de política comercial e reestruturação organizacional, ocorridas durante a primeira metade do exercício. A combinação desses fatores resultou em reduções temporárias de volumes e margens, bem como despesas não recorrentes, ao longo daquele primeiro período. O segundo semestre mostrou a capacidade de recuperação da companhia, com os resultados retornando aos patamares esperados, porém, após as mudanças mencionadas, em condições muito mais favoráveis para a implementação e sustentação em longo prazo de nossa estratégia de crescimento com rentabilidade.

Receita Bruta

A receita bruta de 2007 atingiu R\$ 1.3 bilhões, apresentando um crescimento de 9,3%, sobre 2006, com destaque para as categorias de massas alimentícias, biscoitos e fermentos, que apresentaram um crescimento no volume de vendas em relação a 2006 de 5,7%, 11,6% e 24,3% respectivamente.

A linha de farinhas/farelo apresentou queda de 3,8% em volume, essencialmente pelo esforço da companhia dirigido a preservação de margens ao longo do ano. No último trimestre do exercício, no entanto, pudemos observar uma recuperação dos volumes em

relação ao ano anterior, reduzindo-se a perda de volume a 1,6%, com preservação das margens brutas.

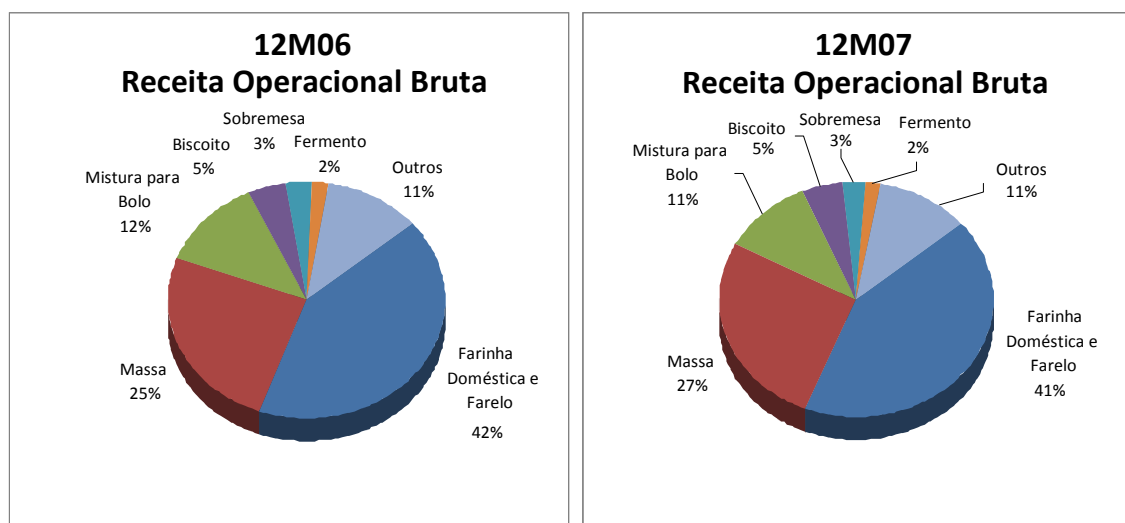
Composição das Vendas

Toneladas	1 SEM 06	1 SEM 07	1S07 x 1S06	2 SEM 06	2 SEM 07	2S07 x 2S06	TOTAL 06	TOTAL 07	12M07 x 12M06
Farinha Doméstica e Farelo	284.604	263.718	(7,3%)	290.551	289.726	(0,3%)	575.155	553.444	(3,8%)
Massa	76.901	81.971	6,6%	78.836	82.589	4,8%	155.737	164.559	5,7%
Mistura para Bolo	24.047	21.877	(9,0%)	25.627	25.557	(0,3%)	49.674	47.434	(4,5%)
Biscoito	8.071	9.074	12,4%	8.887	9.849	10,8%	16.958	18.923	11,6%
Sobremesa	3.284	3.439	4,7%	4.424	4.237	(4,2%)	7.708	7.677	(0,4%)
Fermento	456	485	6,5%	538	749	39,3%	993	1.234	24,3%
Outros	5.194	4.631	(10,8%)	5.586	5.649	1,1%	10.780	10.280	(4,6%)
Total J.Macedo	402.557	385.196	(4,3%)	414.448	418.355	0,9%	817.005	803.551	(1,6%)

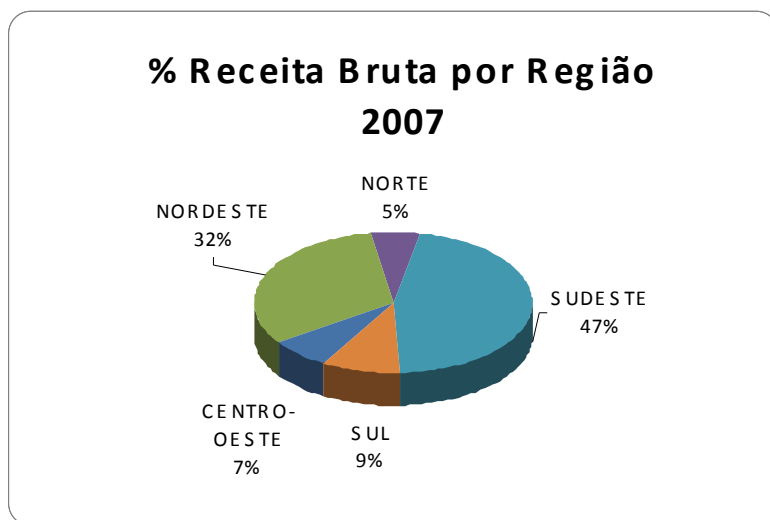
Composição das Vendas

Faturamento (R\$ 000)	1 SEM 06	1 SEM 07	1S07 x 1S06	2 SEM 06	2 SEM 07	2S07 x 2S06	TOTAL 06	TOTAL 07	12M07 x 12M06
Farinha Doméstica e Farelo	227.690	236.031	3,7%	253.421	296.206	16,9%	481.111	532.237	10,6%
Massa	140.732	154.550	9,8%	151.320	180.463	19,3%	292.052	335.013	14,7%
Mistura para Bolo	65.217	64.322	(1,4%)	73.497	73.901	0,5%	138.715	138.223	(0,4%)
Biscoito	25.189	28.664	13,8%	28.163	31.662	12,4%	53.352	60.326	13,1%
Sobremesa	14.384	15.420	7,2%	19.440	18.209	(6,3%)	33.824	33.629	(0,6%)
Fermento	10.443	11.133	6,6%	11.258	11.152	(0,9%)	21.701	22.285	2,7%
Outros	71.987	60.747	(15,6%)	60.472	77.710	28,5%	132.459	138.456	4,5%
Total J.Macedo	555.643	570.866	2,7%	597.570	689.302	15,4%	1.153.214	1.260.169	9,3%

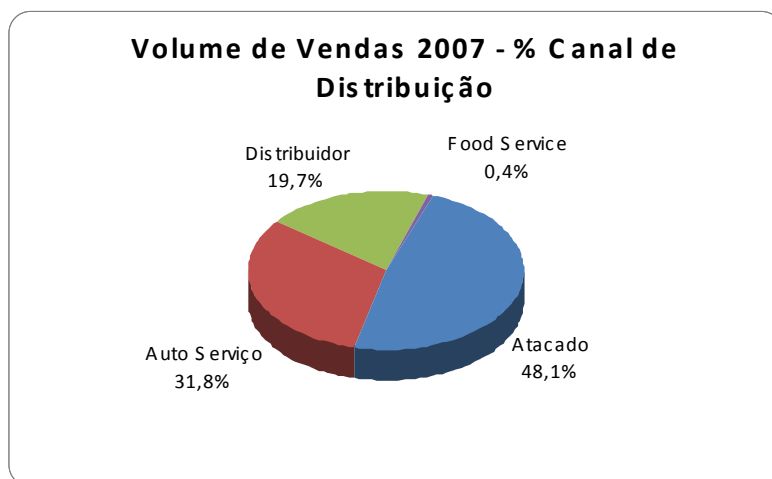
Durante o ano de 2007 e principalmente durante o 4º trimestre continuamos com os esforços de enriquecimento do mix de venda de nossos produtos, com especial atenção para as linhas Massas, Misturas para Bolos, Sobremesas e Biscoitos, que aumentam a contribuição em valor do nosso portfólio.



Atendemos e distribuimos nossos produtos em todas as regiões do País, sem alterações relevantes de participação em relação ao ano anterior. Seguimos trabalhando com intenso foco em controle e redução de custos, através de melhorias em nosso processo de planejamento e da otimização da nossa malha logística, além de investimentos em tecnologia da informação e processos colaborativos com outras empresas.



Encerramos o exercício com 9 mil clientes ativos em nossa carteira, atingindo direta ou indiretamente cerca de 125 mil pontos de venda. Seguimos com nossos esforços de desenvolvimento e ampliação de nossa rede de distribuidores, canal de grande importância para ampliação de nossa distribuição numérica, visando maior presença no pequeno varejo.



Custos dos Bens e Serviços Vendidos

O total dos custos de bens e serviços vendidos em 2007 foi de R\$ 725,2 milhões com o trigo representando 67,4% do total. Destaque para o segundo semestre de 2007 que apresentou um aumento da participação do trigo, em relação ao mesmo período de 2006 de 1,6 p.p.

Na tabela abaixo destacamos a participação dos principais insumos na composição dos custos dos produtos vendidos:

Composição do CPV

Descrição	1 SEM 06	1 SEM 07	1S07 x 1S06	2 SEM 06	2 SEM 07	2S07 x 2S06	TOTAL 06	TOTAL 07	12M07 x 12M06
Trigo	66,7%	64,8%	(1,9)	67,8%	69,4%	1,6	67,3%	67,4%	0,1
Matéria-Prima	6,8%	10,7%	3,9	7,1%	8,6%	1,5	6,9%	9,5%	2,6
Embalagem	11,3%	10,0%	(1,3)	10,1%	9,0%	(1,2)	10,7%	9,4%	(1,3)
Energia Elétrica Consumo	3,2%	2,9%	(0,3)	3,3%	2,7%	(0,6)	3,3%	2,8%	(0,4)
Serviços	4,3%	4,1%	(0,2)	4,5%	3,8%	(0,7)	4,4%	3,9%	(0,5)
Custos Industriais (Custos Fixos)	6,9%	6,7%	(0,3)	6,5%	5,9%	(0,6)	6,7%	6,2%	(0,5)
Depreciação	0,8%	0,8%	0,0	0,7%	0,7%	0,0	0,7%	0,7%	0,0
Total CPV	100,0%	100,0%	0,0	100,0%	100,0%	0,0	100,0%	100,0%	0,0

Principais Indicadores Financeiros - R\$ (000)

Descrição	1 SEM 06	1 SEM 07	1S07 x 1S06	2 SEM 06	2 SEM 07	2S07 x 2S06	TOTAL 06	TOTAL 07	12M07 x 12M06
Receita Bruta	555.644	570.866	2,7%	597.570	689.303	15,4%	1.153.214	1.260.169	9,3%
Receita Líquida de Impostos	455.123	470.893	3,5%	493.553	573.733	16,2%	948.676	1.044.626	10,1%
Lucro Bruto	146.221	143.398	(1,9%)	166.386	175.989	5,8%	312.607	319.387	2,2%
% Lucro Bruto / Receita Líquida	32,1%	30,5%	(1,7)	33,7%	30,7%	(3,0)	33,0%	30,6%	(2,4)
Despesas Operacionais	(124.698)	(142.230)	14,1%	(132.579)	(134.950)	1,8%	(257.277)	(277.180)	7,7%
Outras Despesas e Receitas	268	(1.481)	NA	149	(838)	NA	417	(2.319)	NA
Resultado Financeiro	(8.927)	(10.065)	12,7%	(10.870)	(9.838)	NA	(19.797)	(19.903)	0,5%
Resultado antes do IR	12.864	(10.378)	NA	23.086	30.363	31,5%	35.950	19.985	(44,4%)
Margem Operacional antes do IR	2,8%	(2,2%)		4,7%	5,3%		3,8%	1,9%	
EBITDA	28.041	7.424	(73,5%)	42.006	47.263	12,5%	70.047	54.687	(21,9%)
Margem EBITDA	6,2%	1,6%		8,5%	8,2%		7,4%	5,2%	

Os dados de 2006 referem-se à antiga J. Macêdo S/A, CNPJ 72.027.014/0001-00, sociedade incorporada em 31.12.2006. Para fins de comparabilidade foram efetuadas realocações pró-forma entre as linhas de impostos sobre vendas e receita financeira, conforme Nota Explicativa 2b, sendo em 2006 R\$ 1,4MM no primeiro semestre e R\$ 4,4MM no segundo semestre, e em 2007 R\$ 5,5MM no primeiro semestre e R\$ 9,9MM no segundo semestre.

O lucro bruto de 2007 foi de R\$ 319,4 milhões, atingindo 30,6% em relação à receita líquida, apresentando um aumento de 2,2% quando comparado ao ano de 2006.

O total das despesas comerciais, marketing e administrativas de 2007 atingiu R\$ 277,2 milhões, contra R\$ 257,3 milhões gastos em 2006. Em relação ao total da receita líquida, as despesas operacionais de 2007 representam 26,5%, apresentando uma redução de 0,6 p.p. quando comparado ao ano anterior. No total das despesas operacionais de 2007 estão incluídos valores não recorrentes no montante de R\$ 11,3 milhões, referentes a reservas no montante de R\$ 2,0 milhões constituídas para o processo de reestruturação ocorrido no início do ano, R\$ 6,3 milhões para débitos de liquidação duvidosa, boa parte dos quais já

renegociados e parcelados para recebimento ao longo de 2008 e R\$ 3,7 milhões para contingências previdenciárias, reserva esta constituída em Dezembro de 2007 a partir de finalização de extensiva fiscalização da Receita Federal do Brasil, que auditou as operações da empresa referentes ao período compreendido entre 1999 e 2006.

O resultado das despesas financeiras de 2007 foi de R\$ 19,9 milhões, em linha com o total da despesa financeira de 2006.

A Dívida Líquida da Empresa no encerramento de dezembro de 2007 totalizou R\$ 80,1 milhões, apresentando um aumento de R\$ 24.1 milhões em relação ao encerramento de 2006, refletindo a estratégia da empresa de elevar temporariamente o volume de seu estoque de trigo, com o objetivo de mitigar o impacto negativo das oscilações de preço anteriormente mencionadas. Vale observar a mudança do perfil de endividamento da Companhia, após a emissão das debêntures, com 25% da dívida concentrada em curto prazo, ante praticamente 100% ao final do ano anterior.

Endividamento Líquido

Descrição	12M06	12M07	12M07 x 12M06
Receita Líquida de Impostos	948.676	1.044.626	10%
Disponibilidades	21.166	43.661	106%
Dívida de Curto Prazo	76.573	30.655	(60%)
Dívida de Longo Prazo	587	93.059	N/A
Total Endividamento	55.994	80.053	43%
EBITDA	70.047	54.687	-22%
Dívida Líquida / EBITDA anualizado	0,8	1,5	0,7

Resultado Antes do I.R.

O resultado do exercício de 2007 antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 20,0 milhões, R\$ 21,0 milhões inferior a 2006. Destacamos, no entanto, o resultado do segundo semestre, período em que a empresa já obteve ganhos com as mudanças efetuadas no primeiro semestre, atingindo um resultado antes dos impostos no valor de R\$ 30,4 milhões, ou 8,2% acima do mesmo período do ano de 2006.

EBITDA

O EBITDA do exercício de 2007 foi de R\$ 54,7 milhões, R\$ 15,3 milhões inferior a 2006, basicamente devido aos fatos extraordinários e não recorrentes já mencionados anteriormente, e à redução temporária da margem de contribuição na primeira metade do ano, causada pelas mudanças na nossa política comercial. Destacamos, assim, o resultado

do segundo semestre, período em que a empresa atingiu um EBITDA de R\$ 47,3 milhões, ou 12,6% acima do mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido e Destinação dos Resultados

O Lucro Líquido do exercício após a constituição das reservas e impostos foi de R\$ 10,6 milhões, contra R\$ 28,5 milhões do exercício precedente. A Administração da Companhia propõe para deliberação da AGO a distribuição integral do resultado apurado no período, no montante de R\$ 10,6 milhões.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S/A. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

Todas as comparações e análises de resultados e volumes contra o ano de 2006 são feitas em base “pró-forma”, baseadas nos dados da antiga J. Macêdo S/A, CNPJ nº 72.027.014/0001-00. Até 31 de dezembro de 2006, data de sua extinção por incorporação, esta empresa era auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

O auditor independente da Companhia é a firma Ernst & Young Auditores Independentes S.S., contratada no início de 2007, para realizar os trabalhos de auditoria a partir deste exercício, incluindo os trimestres intercalares. Os referidos auditores não prestaram outros serviços em 2006 e no ano de 2007 que não aqueles relacionados à auditoria externa.

Demonstrações Financeiras

J. MACÊDO S.A. e Consolidado

*31 de dezembro de 2007 e 2006
com Parecer dos Auditores Independentes*

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2007 e 2006

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	1
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balancos Patrimoniais	2
Demonstrações dos Resultados	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
J. Macedo S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da J. Macêdo S.A. e o balanço patrimonial consolidado da J. Macêdo S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da J. Macêdo S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 25 de junho de 2007.

Fortaleza (CE), 25 de março de 2008.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/0-6 - S - CE

Aurivaldo Coimbra de Oliveira
Contador CRC – 1PE 009.428/O-4-S-CE

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO
BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ATIVO				
Circulante				
Caixa e bancos	10.414	7.631	10.441	7.787
Aplicações financeiras (Nota 5)	33.248	10.735	33.403	10.735
Contas a receber de clientes (Nota 6)	112.607	111.378	112.490	111.433
Estoques (Nota 7)	126.125	79.426	126.125	79.426
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 8)	23.945	28.440	23.953	28.454
Outros créditos	2.343	11.874	2.380	11.906
Total do ativo circulante	308.682	249.484	308.792	249.741
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras (Nota 5)	3.240	2.800	3.240	2.800
Partes relacionadas (Nota 4)	60.992	67.066	60.992	68.336
Outras contas a receber	3.384	6.004	3.384	6.004
Bens destinados à venda (Nota 9)	7.301	-	7.301	-
Permanente				
Investimentos (Nota 10)	22.009	21.602	460	207
Imobilizado (Nota 11)	93.826	85.757	111.591	105.727
Intangível	361	242	361	242
Diferido	491	1.505	491	1.505
Total do ativo não circulante	191.604	184.976	187.820	184.821
Total do ativo	500.286	434.460	496.612	434.562

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	40.573	26.376	40.389	26.385
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	11.815	76.573	11.815	76.573
Debêntures (Nota 14)	18.839	-	18.839	-
Tributos a recolher (Nota 15)	21.032	24.223	21.060	24.224
Salários e encargos a pagar	10.167	8.799	10.213	8.799
Partes relacionadas (Nota 4)	11.769	1.004	8.440	1.004
Verbas diretas	833	9.067	833	9.067
Fretes a pagar	7.810	7.869	7.810	7.869
Dividendos propostos	10.078	3.035	10.078	3.035
Adiantamentos de clientes	1.555	1.228	1.235	1.228
Outras contas a pagar	13.715	15.999	13.782	16.091
Total do passivo circulante	148.186	174.173	144.494	174.275
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	4.264	587	4.264	587
Debêntures (Nota 14)	88.796	-	88.796	-
Tributos a recolher (Nota 15)	34.602	30.954	34.602	30.954
Provisão para contingências (Nota 16)	24.587	21.722	24.587	21.722
Total do passivo não circulante	152.249	53.263	152.249	53.263
Participação de acionistas não controladores	-	-	18	-
Patrimônio líquido (Nota 17)				
Capital social	197.872	197.872	197.872	197.872
Reserva de capital	601	363	601	363
Reserva de lucros	1.378	848	1.378	848
Lucros acumulados	-	7.941	-	7.941
Total do patrimônio líquido	199.851	207.024	199.851	207.024
Total do passivo	500.286	434.460	496.612	434.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receita operacional bruta	1.260.169	-	1.262.822	2.540
Impostos, descontos e abatimentos	(215.543)	-	(215.922)	(266)
Receita operacional líquida	1.044.626	-	1.046.900	2.274
Custo dos produtos vendidos	(725.239)	-	(726.748)	(1.837)
Lucro bruto	319.387	-	320.152	437
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas (Nota 18)	(200.852)	-	(200.852)	-
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(61.662)	(1.632)	(61.784)	(1.759)
Honorários da administração	(5.053)	-	(5.053)	-
Receitas financeiras (Nota 20)	6.685	21.218	6.685	21.234
Despesas financeiras (Nota 20)	(26.588)	(12.619)	(26.663)	(12.841)
Resultado da equivalência patrimonial	172	9.366	-	9.366
Depreciação e amortização	(3.696)	-	(3.696)	(2.022)
Outras despesas operacionais, líquidas	(6.089)	(2.177)	(6.141)	(201)
	(297.083)	14.156	(297.504)	13.777
Lucro operacional	22.304	14.156	22.648	14.214
Despesas não operacionais, líquidas (Nota 21)	(2.319)	-	(2.502)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	19.985	14.156	20.146	14.214
Imposto de renda (Nota 22)	(7.048)	(1.005)	(7.159)	(1.046)
Contribuição social (Nota 22)	(2.329)	(371)	(2.379)	(388)
Lucro líquido do exercício	10.608	12.780	10.608	12.780
Lucro por ação – R\$	0,49	0,59	0,49	0,59
Quantidade de ações em circulação no final do exercício	21.832.128	21.832.128	21.832.128	21.832.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Reserva de		Lucros (prejuízo) acumulados	Total	
	Capital	Lucros			
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2005	230.089	-	209	(49.356)	180.942
Redução de capital	(213.373)	-	-	48.191	(165.182)
Aumento de capital	120.298	-	-	-	120.298
Incorporação de empresa	60.858	363	-	-	61.221
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.780	12.780
Destinações:	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	639	(639)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(3.035)	(3.035)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	197.872	363	848	7.941	207.024
Dividendos sobre lucros acumulados	-	-	-	(7.941)	(7.941)
Reserva de incentivos fiscais (Nota 17c)	-	238	-	-	238
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.608	10.608
Destinações:	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal (Nota 17d)	-	-	530	(530)	-
Dividendos propostos (R\$0,46 por ação) (Nota 17d)	-	-	-	(10.078)	(10.078)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	197.872	601	1.378	-	199.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das operações sociais:				
Lucro líquido do exercício	10.608	12.780	10.608	12.780
Itens que não afetam o capital circulante líquido:				
Valor residual de ativo imobilizado baixado	1.212	-	1.033	-
Depreciação e amortização	8.437	-	10.480	2.022
Ajuste a valor de mercado de bens destinados a venda	1.380	-	1.380	-
Variação monetária do ativo e passivo não circulante	2.020	(1.049)	2.020	(1.049)
Encargos com emissão de debêntures	2.488	-	2.488	-
Provisão para perdas de realizáveis a longo prazo	1.285	-	1.285	-
Variação cambial em investimentos	-	3.034	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(172)	(9.366)	-	-
Provisão para contingências	2.865	-	2.865	-
Total originado das operações	30.123	5.399	32.159	13.753
Dos acionistas				
Aumento de capital	-	120.298	-	120.298
De terceiros:				
Redução do realizável a longo prazo	19.036	-	19.036	56.201
Acervo incorporado no circulante	-	70.743	-	-
Acréscimo no exigível a longo prazo	10.562	149	10.562	-
Debêntures emitidas	105.147	-	105.147	-
Reserva de incentivos fiscais	238	-	238	-
Total das origens	165.106	196.589	167.142	190.252
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Acréscimo realizável a longo prazo	20.191	5.945	18.563	2.800
Acervo líquido de empresa incorporada	-	-	-	48.208
Redução do exigível a longo prazo	24.653	-	24.653	3.163
Redução do capital	-	165.182	-	165.182
Investimentos	235	5.916	235	-
Imobilizado	16.823	-	16.840	1.578
Dividendos pagos e propostos	18.019	3.035	18.019	3.035
Total das aplicações	79.921	180.078	78.310	223.966
Aumento (redução) do capital circulante líquido				
	85.185	16.511	88.832	(33.714)
Ativo circulante:				
No fim do exercício	308.682	249.484	308.792	249.741
No início do exercício	249.484	60.638	249.741	129.156
	59.198	188.846	59.051	120.585
Passivo circulante:				
No fim do exercício	148.186	174.173	144.494	174.275
No início do exercício	174.173	1.838	174.275	19.976
	25.987	(172.335)	29.781	(154.299)
Aumento (redução) do capital circulante líquido	85.185	16.511	88.832	(33.714)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

- a) Objeto social: A Companhia atua preponderantemente na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda e Boa Sorte. A sua controladora é a J. Macêdo Alimentos S.A., a qual participava com 66% no capital da Companhia até 30 de dezembro de 2006 e, após a incorporação mencionada no item (b), passou a deter 71%.

A Companhia opera com centros de distribuição nas regiões norte, nordeste, centro oeste, sudeste e sul, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

- b) Incorporação da Companhia: O Grupo J. Macêdo, com o intuito de dar continuidade ao processo de mudanças em sua estrutura societária, iniciado em 2000, cujos objetivos empresariais foram e continuam sendo: (i) promover a organização e concentração das atividades de produção e comercialização de farinha de trigo, massas, biscoitos, misturas para bolos entre outros; (ii) segregas as atividades que não se referem a estes negócios; (iii) extinguir holdings inativas, e (iv) manter as empresas localizadas em regiões incentivadas e no exterior, procedeu a uma série de movimentos societários que culminaram com a incorporação da extinta J. Macêdo S.A. pela Águia S.A., a qual imediatamente após a incorporação alterou seu nome para J. Macêdo S.A..

De fato, durante o ano-calendário de 2006, os acionistas controladores da Companhia J. Macêdo Alimentos S.A., aumentaram o capital social da Águia S.A. mediante a conferência das suas respectivas participações societárias no capital da J. Macêdo S.A. Desta forma, após este movimento, a Águia S.A. passou a ser sociedade controladora da J. Macêdo S.A.

Posteriormente, em dezembro de 2006, dando continuidade ao referido processo, os acionistas e administradores da J. Macêdo S.A. e da Águia S.A., assinaram “Protocolo de Incorporação”, segundo o qual, em 31 de dezembro de 2006, a Águia S.A. incorporou os ativos e passivos da J. Macêdo S.A.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - Continuação

- b) Incorporação da Companhia - Continuação: A justificação desta incorporação objetivou evitar a superposição de estruturas societárias com o mesmo objeto, bem como reduzir custos operacionais, sendo a intenção da incorporadora (Águia S.A.) e da incorporada (extinta J. Macêdo S.A.) a integração de seus ativos a fim de que as atividades por elas desenvolvidas separadamente passem a ser concentradas em uma única sociedade. A referida incorporação possibilitou a absorção pela Águia S.A. de todos os elementos ativos e passivos integrantes do patrimônio da extinta J. Macêdo S.A., com efeitos econômicos e fiscais a partir de 31 de dezembro de 2006.

O patrimônio líquido da incorporada vertido à incorporadora é constituído dos elementos ativos e passivos da incorporada, objeto de laudo de avaliação preparado por perito avaliador, considerando o patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2006, de R\$ 181.572, deduzido da reserva de subvenções no valor de R\$ 363. A parcela do acervo líquido da incorporada importou em um aumento de capital no valor de R\$ 60.858 na nova empresa, correspondendo à diferença entre o valor total do investimento que a incorporadora (extinta J. Macêdo) possuía na Companhia, conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 indicado a seguir, e o total do patrimônio líquido da incorporada. O referido aumento de capital efetuado mediante redistribuição e emissão de novas ações aos então acionistas das referidas sociedades na proporção das respectivas participações no capital social das empresas incorporadora e incorporada. O balanço em 31 de dezembro de 2006 da Águia S.A antes da incorporação é o abaixo indicado:

<u>Ativo</u>	<u>R\$</u>	<u>Passivo</u>	<u>R\$</u>
Ativo circulante	241.156	Passivo circulante	170.767
Ativo não circulante	160.347	Passivo não circulante	49.164
		Patrimônio líquido	181.572
Total do ativo	<u>401.503</u>	Total do passivo	<u>401.503</u>

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - Continuação

b) Incorporação da Companhia - Continuação: Após a incorporação, o capital da nova sociedade passou a ser de R\$ 197.872, representado por 21.832.128 ações nominativas, sem valor nominal (Nota 17.a), sendo utilizado para fins de relação de troca o valor unitário da ação da sociedade incorporada R\$ 0,221288 e da sociedade incorporadora R\$ 9,657516. Como consequência, a Águia S.A. sucedeu a incorporada em todos os direitos e obrigações.

Com a conclusão da incorporação, a incorporada foi automaticamente extinta, cessando a sua existência legal com o registro dos atos de incorporação na Junta Comercial. A incorporadora passou a denominar-se J. Macêdo S.A., mantendo a sede em Fortaleza.

Os principais componentes das demonstrações financeiras após a incorporação são os seguintes:

<u>Ativo</u>	<u>R\$</u>	<u>Passivo</u>	<u>R\$</u>
Ativo circulante	252.284	Passivo circulante	174.173
Ativo não circulante	182.176	Passivo não circulante	53.263
		Patrimônio líquido	207.024
Total do ativo	<u>434.460</u>	Total do passivo	<u>434.460</u>

Para oferecer comparação apropriada, estamos divulgando, a seguir, a demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 junto com a demonstração do resultado consolidado “combinado” do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, considerando a consolidação das empresas como se a Incorporação da Companhia tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2006. Tais números combinados referem-se a soma das operações das referidas companhias.

Essa informação está sendo apresentada apenas para permitir análises adicionais decorrentes da comparação das transações, não têm a intenção de representar o que poderia ter ocorrido se a J. Macêdo S.A. tivesse de fato sido incorporada pela Águia S.A. em 1º de janeiro de 2006.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - Continuação

	Consolidado	
	2007	2006
		(Reclassificado)
		Combinado
Receita operacional bruta	1.262.822	1.155.754
Impostos, descontos e abatimentos	(215.922)	(204.805)
Receita operacional líquida	1.046.900	950.949
Custo dos produtos vendidos	(726.748)	(637.906)
Lucro bruto	320.152	313.043
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(200.852)	(198.449)
Despesas gerais e administrativas	(61.784)	(51.357)
Honorários da administração	(5.053)	(4.057)
Receitas financeiras	6.685	24.584
Despesas financeiras	(26.663)	(39.021)
Resultado da equivalência patrimonial	-	9.366
Depreciação e amortização	(3.696)	(4.439)
Outras despesas operacionais, líquidas	(6.141)	77
	(297.504)	(263.296)
Lucro operacional	22.648	49.747
Resultado não operacional, líquido	(2.502)	417
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	20.146	50.164
Imposto de renda	(7.159)	(6.212)
Contribuição social	(2.379)	(1.143)
Lucro líquido do exercício	10.608	42.809

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - Continuação

- c) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.: A Companhia tem contratos assinados com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, pelo qual aquela companhia produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, de outro lado, J. Macêdo produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

Visando a obtenção dos ganhos operacionais e o aproveitamento das sinergias decorrentes deste modelo de negócios, as companhias firmaram um acordo operacional, consubstanciado em um consórcio denominado TrigoBrasil com participações iguais, que abriga uma equipe técnica independente para gestão unificada dos seus moinhos de trigo. Este acordo não implicou em associação entre as partes, bem como não resultou em quaisquer alterações nas suas composições acionárias.

Nesse contexto, o processo produtivo da Companhia também contempla a industrialização recíproca de farinhas e farelos de trigo com a Bunge, objeto da Aliança firmada em 2004, por meio de um Contrato de Industrialização por Encomenda, datado de 30 de janeiro de 2004, e aditado em 3 de julho de 2006.

A industrialização conjunta de farinhas e farelos de trigo abrange o processamento de matéria-prima, fabricação, acondicionamento em embalagens de apresentação e acondicionamento para transporte dos produtos. De acordo com o Contrato de Industrialização por Encomenda, a Companhia comprometeu-se a fabricar para a Bunge, por meio de seus moinhos, “farinha de trigo para a indústria”, “farinha de trigo para panificação” e “farelo de trigo”. A Bunge, por sua vez, obrigou-se a fabricar para a Companhia, por meio de seus moinhos, “farinha de trigo para o consumidor final”, “farelo de trigo” e “farinha de trigo para a indústria” destinada exclusivamente à utilização como matéria-prima na industrialização de “massas secas”, “misturas para bolos” e “biscoitos”.

O consórcio TrigoBrasil é controlado pela Companhia e pela Bunge, em igualdade de condições, e como mencionado acima tem como função abrigar uma equipe autônoma especializada na gestão e supervisão da operação dos moinhos das duas companhias. De acordo com a lei brasileira, o consórcio consiste na associação de companhias ou qualquer outra sociedade, que não perdem a sua personalidade jurídica, para obter uma finalidade comum ou realizar determinado empreendimento.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - Continuação

- c) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A. - Continuação: O consórcio não tem personalidade jurídica própria e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade.

O reconhecimento das receitas e despesas e custos originados da execução e operacionalização do Contrato de Industrialização por Encomenda respeitam os sistemas operacionais, contábeis e gerenciais, planos de contas e todos os demais controles internos e externos de cada parte, que não se vinculam ao mencionado Contrato.

A operação conjunta consorciada na Trigo Brasil possibilita à Companhia racionalizar e otimizar a capacidade e custos dos seus moinhos de trigo, bem como obter uma significativa economia de escala em sua logística operacional (armazéns, fretes e seguros), o que lhe proporciona um diferencial competitivo relevante perante seus concorrentes.

É entendimento da Administração da Companhia que essa operação permitiu, em um primeiro momento, a eliminação de capacidade ociosa e estruturas redundantes, com a conseqüente redução do custo fixo, colocando a Companhia em patamar de competitividade diferenciado no seu segmento de atuação em razão da sinergia de suas operações, com ganhos de eficiência operacional relevantes na cadeia de suprimentos, produção e distribuição de farinha de trigo.

A eficiência operacional obtida decorre da implantação e acompanhamento de programas de eficiência e qualidade em todas as plantas industriais, com a adoção das melhores práticas de fabricação de cada companhia, e do compartilhamento de alguns recursos logísticos, como centros de distribuição, transporte e seguros, o que possibilita a redução dos custos e maximiza a eficiência operacional.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - Continuação

c) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A. - Continuação:

Aspectos societários da Aliança

O contrato de industrialização recíproca é garantido pela constituição de duas sociedades, uma controlada por J. Macêdo S.A. e outra pela Bunge, quais sejam, a Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A e a Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A, respectivamente. Cada uma dessas sociedades teve seu capital social subscrito e integralizado com dois moinhos de cada Companhia.

Muito embora a Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A e a Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A sejam controladas, respectivamente, por J. Macêdo e pela Bunge, J. Macêdo tem uma participação nominal na Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A e a Bunge tem uma participação nominal na Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A..

A participação nominal que J. Macêdo detém na Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A (equivalente a 0,1% do capital social) garante a possibilidade de exercício do direito de eleger um novo Diretor Geral para a Serra do Lopo em caso de descumprimento, pela Bunge, das obrigações assumidas no Contrato de Industrialização por Encomenda. O Diretor Geral eleito por J. Macêdo nesta condição de exceção poderá tomar as medidas necessárias para sanar o descumprimento das obrigações da Bunge, incluindo a demissão e/ou admissão de pessoal e a contratação de terceiros para operar os moinhos da Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A. da mesma forma, a Bunge tem o direito de eleger um novo Diretor Geral para a Pico da Caledônia em caso de descumprimento, pela J. Macêdo, das obrigações assumidas no Contrato de Industrialização por Encomenda. O Diretor Geral eleito pela Bunge nesta condição de exceção poderá tomar as medidas necessárias para sanar o descumprimento das obrigações da J. Macêdo, incluindo a demissão e/ou admissão de pessoal e a contratação de terceiros para operar os moinhos da Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A..

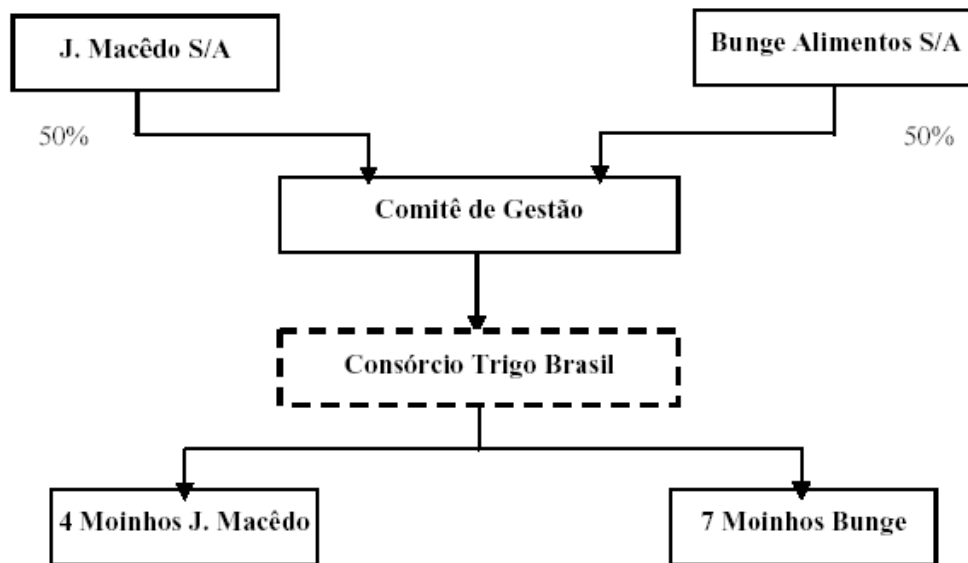
Ademais, como forma de garantir o adimplemento das obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Industrialização por Encomenda, em 30 de janeiro de 2004, firmou-se o Instrumento Particular de Penhor de Ações, mediante o qual a Bunge empenhou em favor a totalidade das suas ações detidas na Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A e J. Macêdo empenhou em favor da Bunge a totalidade de suas ações da Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A..

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - Continuação

c) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A. - Continuação:



A operação acima descrita foi submetida ao CADE, tendo sido aprovada sem quaisquer restrições em janeiro de 2004. Através do Ofício n°. 163/204 de 05 de fevereiro de 2004, aquele Conselho fez oficiar à CVM a operação.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Aspectos gerais

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2008.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeito a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de reais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresa	Participação %
Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	33,33
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. ("Pico da Caledônia")	99,90

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - Continuação

a) Aspectos gerais - Continuação

Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., controlada em conjunto, foram consolidados na proporção da participação da Companhia no seu capital social.

Os saldos totais da Tergran resumidos são:

Balanços patrimoniais:					
Ativo	2007	2006	Passivo	2007	2006
Ativo circulante	1.892	770	Passivo circulante	401	309
Ativo não circulante	7.772	8.746	Patrimônio líquido	9.263	9.207
Total do ativo	9.664	9.516	Total do passivo	9.664	9.516

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

	2007	2006
Receitas líquidas	7.122	6.821
Custo dos produtos vendidos	(6.142)	(5.511)
Lucro bruto	980	1.310
Despesas operacionais	(740)	(862)
Despesas não operacionais	(10)	-
Imposto de renda e contribuição social	(175)	(170)
Lucro líquido do exercício	55	278

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - Continuação

b) Mudança na demonstração do incentivo fiscal do PROVIN

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 o incentivo fiscal do PROVIN era demonstrado como parte da receita financeira. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 passou a ser demonstrado como redução da despesa de ICMS (que é redutora da receita operacional bruta) ou do custo de mercadorias vendidas (relacionado com o ICMS – Substituição Tributária). Em decorrência, a receita financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 diminuiu e o lucro bruto aumentou pelo mesmo valor de R\$ 15.331, não alterando o lucro líquido do exercício. Para permitir a comparabilidade das demonstrações do resultado consolidado de 2007 e 2006, apresentados na Nota 1, o incentivo fiscal do PROVIN para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 5.858, foi devidamente reclassificado.

3. Sumário das principais práticas contábeis

- a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.
- b) Disponibilidades: Incluem os saldos de caixa, banco conta movimento e investimentos temporários de liquidez imediata registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- c) Provisão para bonificações de clientes: As bonificações representadas por descontos financeiros concedidos são apresentadas como redução das contas a receber de clientes e constituídas com base em valores e/ou percentuais definidos em contratos, basicamente com grandes redes varejistas. As bonificações incorridas que não estão diretamente relacionadas com as contas a receber foram registradas no passivo, como outras contas a pagar.
- d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.
- e) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor de mercado.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

- f) Investimentos: Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição.
- g) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.
- h) Intangível: Representado por marcas adquiridas de terceiros, o qual estão registrados ao custo de aquisição, e gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. A amortização está sendo calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.
- i) Arrendamento mercantil: As despesas de arrendamento mercantil são reconhecidas no resultado em função das datas de vencimento das contra-prestações, observando o período de competência.
- j) Diferido: Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.
- k) Passivos: Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os custos dos financiamentos e empréstimos incorridos até a data do balanço patrimonial estão reconhecidos no resultado.
- l) Provisão para contingências: Atualizada até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingência estão descritas na Nota 16.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

m) Tributação sobre a receita: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

ICMS – Alíquotas de 7% à 19%

PIS – Alíquota de 1,65%

COFINS – Alíquota de 7,60%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

n) Tributação sobre o lucro: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

o) Incentivos fiscais: i) ICMS: A unidade de Fortaleza é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até março de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 36 meses, para os incentivos fiscais incorridos até outubro de 2006 e 24 meses nos períodos subsequentes, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

ii) Imposto de renda: A Companhia goza de incentivos fiscais calculados sobre o resultado das vendas de certos produtos de fabricação própria em unidades localizadas em Fortaleza, Maceió e Salvador, com redução de 25% de imposto de renda, vigente a partir do ano-base de 2004 até o ano-base de 2008 e 12,5% a partir do ano-base de 2009 até o ano-base de 2013, sobre o resultado das vendas de farinha de trigo, misturas domésticas e massas. A parcela apurada de incentivo fiscal, quando aplicável, é creditada em conta de reserva de capital, no patrimônio líquido.

4. Partes relacionadas

Companhias	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Ativo				
J. Macêdo Com. Adm. e Participações	8.909	11.978	8.909	11.978
J. Macêdo Alimentos S.A.	46.800	45.112	46.800	45.112
Cemec Construções Eletromecânicas S.A.	3.887	3.887	3.887	3.887
Dinel Participações Ltda.	1.207	1.925	1.207	1.925
Mac-Do Adm. e Participações S.A.	-	4.158	-	4.158
Outros	189	6	189	1.276
	60.992	67.066	60.992	68.336
Passivo				
J. Macêdo Alimentos S.A.	-	985	-	985
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	3.329	-	-	-
Cipolin S.A.	8.440	-	8.440	-
Outros	-	19	-	19
	11.769	1.004	8.440	1.004

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Partes relacionadas - Continuação

As naturezas das operações são:

<u>Companhias</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>Prazo de vencimento</u>
Pico da Caledônia	Arrend, de máq.e equip.	Indeterminado
J. Macêdo S.A. Com. Adm e Partic.	Mútuo	Até janeiro de 2009
J. Macêdo Alimentos S.A.	Mútuo e recebíveis	Fevereiro de 2009
Cemec-Const.Eletromecânicas S.A.	Mútuo	Dezembro de 2008
Dinel Participações Ltda.	Mútuo	Junho de 2008
Sul Trigo Cereais Ltda.	Mútuo	Março de 2008

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.. Os arrendamentos foram determinados com o objetivo de ressarcir os custos com a depreciação de todas as instalações dos moinhos.

A controladora J. Macêdo Alimentos S.A. é devedora das seguintes importâncias em 31 de dezembro de 2007, sobre as quais não incidem encargos ou taxas de juros:

i) R\$ 7.956, correspondem a operações de mútuos.

ii) R\$ 4.130, referente aos recebíveis decorrentes de valores pagos pela Companhia à controladora, cujo saldo vem sendo amortizado com o produto de um arrendamento da unidade industrial moageira localizada em Londrina – PR, de propriedade da controladora e que até 2003 operava como moageira de trigo;

iii) R\$ 24.590, referente aos recebíveis por operações mercantis (venda de produtos) efetuadas à J. Macêdo Alimentos S.A., a preços de mercado, até novembro de 2003, período em que ainda atuava como industrializadora, e cujo saldo vem sendo amortizado com o produto de dividendos.

iv) R\$ 10.124, referente aos recebíveis por obrigações da controladora, descritas na Nota 15.b.

Os contratos de mútuo com a MAC-DO – Com. Adm. e Participações S/A incorrem em juros correspondentes a 100% da variação CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Sobre os demais contratos de mútuo não incidem encargos ou taxas de juros.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Partes relacionadas - Continuação

Os contratos de mútuo sobre os quais não incidem encargos foram celebrados em exercícios anteriores e em condições específicas, contratadas entre as partes, que não foram necessariamente realizadas em condições usuais de mercado. Essas operações não afetam de forma significativa a situação financeira da Companhia e empresas intervenientes nessas operações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 a Companhia importou trigo da Argentina no valor total de R\$ 141.382 (R\$ 128.447 em 31 de dezembro de 2006), a preço de mercado, junto a filial, de empresa ligada Cipolin S.A, com sede no Uruguai. Essas operações são usualmente liquidadas a vista ou com prazo inferior a sete dias.

Avais:

A Companhia não possui nenhuma garantia prestada a partes relacionadas ou a terceiros.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por instrumentos financeiros de nossa própria emissão. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 5% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Contratos de arrendamento:

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia por prazo indeterminado. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge; e

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Fundos de renda fixa				
Banco HSBC FIF Corporate	12.405	9.770	12.405	9.770
Safra Institucional DI FIF	5.111	3.765	5.111	3.765
BB CDB DI	18.972	-	19.127	-
	36.488	13.535	36.643	13.535
Circulante	(33.248)	(10.735)	(33.403)	(10.735)
Não circulante	3.240	2.800	3.240	2.800

As aplicações financeiras referem-se substancialmente aos fundos de investimentos financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário. Essas operações não possuem prazo de resgate determinado.

Em 31 de dezembro de 2007, a Controladora possuía aplicações financeiras dadas em garantia de processos judiciais no montante de R\$ 3.240 (R\$ 2.800 em 31 de dezembro de 2006).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Cientes no país	126.405	113.346	126.288	113.401
Provisão para bonificações de clientes	(6.532)	-	(6.532)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.266)	(1.968)	(7.266)	(1.968)
	112.607	111.378	112.490	111.433

A provisão para bonificações de clientes é oriunda de obrigações contratuais de fornecimento a grandes varejistas, através do qual são concedidos descontos financeiros quando da liquidação das faturas em aberto.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a expectativa de perda sobre as duplicatas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2007, contas a receber no valor de R\$ 25.900 se constituem em garantia fiduciária das debêntures (Vide Nota 14).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes - Continuação

A abertura do saldo por idade de vencimento está abaixo demonstrada:

Prazo:	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
A vencer	109.858	102.705	109.741	102.760
1 a 30 dias	8.568	7.679	8.568	7.679
31 a 60 dias	576	148	576	148
61 a 90 dias	140	170	140	170
91 a 120 dias	37	183	37	183
121 a 150 dias	62	123	62	123
151 a 180 dias	132	161	132	161
Vencidos há mais de 180 dias	7.032	2.177	7.032	2.177
	126.405	113.346	126.288	113.401

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Matéria prima	18.613	14.713	18.613	14.713
Façon (matéria-prima e embalagem) (a)	16.737	11.666	16.737	11.666
Importações em andamento	18.320	9.354	18.320	9.354
Produtos em processo	1.762	654	1.762	654
Produtos acabados	30.687	20.048	30.687	20.048
Materiais de produção	18.582	12.843	18.582	12.843
Materiais de manutenção e outros	3.499	2.884	3.499	2.884
Adiantamentos a fornecedor	18.438	7.938	18.438	7.938
(-) Provisão para perdas em Estoque	(513)	(674)	(513)	(674)
	126.125	79.426	126.125	79.426

(a) Substancialmente representado por estoque em poder da Bunge Alimentos, relativo ao acordo operacional mencionado na Nota 1.c.

A Companhia possui em suas instalações estoques pertencentes a Bunge Alimentos no montante de R\$ 13.985, os quais estão contabilizados nos livros daquela companhia.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos e contribuições sociais a compensar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	20.343	14.950	20.343	14.950
ICMS decorrente da compra de ativo imobilizado	1.334	-	1.334	-
Contribuição social a compensar	5	2.123	5	2.123
Imposto de renda a compensar	685	8.656	686	8.656
PIS e COFINS a compensar	882	1.166	882	1.166
Outros impostos e contribuições	696	1.545	703	1.559
	23.945	28.440	23.953	28.454

9. Bens destinados à venda

Referem-se a um terreno recebido como quitação de dívida no montante de R\$ 801, sito em Bayeux - PB e a instalações industriais (moinho), no montante de R\$ 7.880, localizadas em Niterói-RJ, cujas operações foram descontinuadas, deduzido por provisão de avaliação para valor de mercado no montante de R\$ 1.380, registrada contra despesas não operacionais.

Esses ativos foram reclassificados do ativo imobilizado para a conta de bens destinados à venda, no realizável ao longo prazo.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Participações em empresas controladas	21.549	21.395	-	-
Outros investimentos	460	207	460	207
	22.009	21.602	460	207
	Tergran	Pico da	2007	2006
	(a)	Caledônia (b)	Total	Total
Informações sobre as investidas				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999		
Participação no capital total e votante	33,33%	99,90%		
Capital social	9.204	18.389		
Patrimônio líquido	9.263	18.479		
Lucro líquido do exercício	55	154		
Movimentação dos investimentos				
Saldo em 31 de dezembro de 2005				108.102
Integralização de capital				120.298
Variação cambial				(3.034)
Aumento de capital				50.800
Equivalência patrimonial				9.366
Incorporação				(98.955)
Redução de capital				(165.182)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	3.070	18.307	21.377	21.395
Equivalência patrimonial	18	154	172	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	3.088	18.461	21.549	

(a) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (sociedade de capital fechado) – investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos (controlada em conjunto – participação de 33,33% de cada investidor). A Tergran é uma empresa de propósito específico, com objeto social a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 a controlada Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza S.A efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 344 cabendo a cada sócio quotista a importância bruta de R\$ 114. Não foram propostos dividendos adicionais.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos - Continuação

(b) Pico da Caledônia S.A. (sociedade de capital fechado) – como previsto nos instrumentos contratuais do acordo operacional firmado entre J. Macêdo S.A. e Bunge Alimentos S.A., cada uma das partes convencionou constituir companhias separadas sob forma de sociedades por ações, tendo sido as ações respectivas, objeto de penhor, para garantia das operações pactuadas. A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A., detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. Em contrapartida, a Bunge Alimentos S.A. constituiu uma outra sociedade denominada Serra do Lopo, detendo a Bunge Alimentos S.A. 999 ações e a J. Macêdo S.A. 1 ação.

A Pico da Caledônia é uma empresa de propósito específico, e seu capital social foi subscrito mediante conferência, em 2006, de bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

11. Imobilizado

(a) Controladora:	Taxas médias		Depreciação acumulada	Saldo líquido	
	anuais de depreciação -%	Custo		2007	2006
Terrenos e benfeitorias		9.720	(14)	9.706	9.492
Edificações e outros imóveis	4	53.859	(25.944)	27.915	36.866
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10	95.492	(67.217)	28.275	30.447
Instalações	10	23.341	(20.726)	2.615	2.215
Móveis e utensílios	10	9.063	(5.337)	3.726	2.037
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	20	9.331	(4.580)	4.751	1.577
Equipamentos de comunicação	10	72	(26)	46	97
Veículos	20	161	(125)	36	321
Pallets e outros	20	1.142	(749)	393	-
Benfeitorias em bens de terceiros	4	253	(10)	243	-
Obras em andamento		15.974	-	15.974	2.660
Adiantamento a fornecedores	-	146	-	146	45
		218.554	(124.728)	93.826	85.757

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado – Continuação

(b) Consolidado:	Taxas médias	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
	anuais de depreciação -%			2007	2006
Terrenos e benfeitorias	-	12.069	(14)	12.055	11.840
Edificações e outros imóveis	4	80.823	(41.457)	39.366	49.207
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10	116.829	(85.060)	31.769	34.976
Instalações	10	25.170	(22.276)	2.894	2.784
Móveis e utensílios	10	9.333	(5.582)	3.751	2.049
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	20	9.437	(4.681)	4.756	1.586
Equipamentos de comunicação	10	72	(26)	46	97
Veículos	20	161	(125)	36	321
Pallets e outros	20	1.304	(749)	555	-
Benfeitorias em bens de terceiros	4	253	(10)	243	-
Obras em andamento	-	15.974	-	15.974	2.821
Adiantamento a fornecedores	-	146	-	146	46
		271.571	(159.980)	111.591	105.727

Durante o exercício de 2007 foi realizado inventário físico de todo o imobilizado da Companhia, efetuado por empresa especializada, que resultou em baixas na ordem de R\$ 872.

As obras em andamento estão representadas por reformas e ampliações em instalações industriais, especialmente na ampliação dos diagramas A e B do moinho Fortaleza.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Arrendamento mercantil

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil referentes a equipamentos de informática. O valor dos contratos dos bens arrendados totaliza R\$ 896 pagáveis entre 24 e 36 parcelas mensais, sobre as quais incidem juros correspondentes a variação do CDI mais 0,16% ao mês em média. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 134. A contabilização é efetuada mensalmente na conta de despesa com arrendamento mercantil mediante pagamento. O total atual das parcelas mensais é de R\$ 33.

Os contratos com valor de R\$ 896 foram celebrados em 2005 e correspondem ao custo dos equipamentos de informática, com taxa de depreciação de 20% ao ano. Tivessem esses bens sido registrados como imobilizado, teriam gerado uma despesa de depreciação de R\$ 179 no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 em comparação a uma despesa efetiva com arrendamento mercantil no montante de R\$ 395.

13. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Indexador	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
Capital de giro	Variação do CDI mais 1,5 % a.a.	-	74.943	-	74.943
FINAME	Variação da TJLP mais 5,3 % a.a.	-	547	-	547
Capital de giro (1)	Variação do CDI mais 1,5 % a.a.	10.108	-	10.108	-
FINAME (2)	Variação da TJLP mais 1,9 % a.a.	5.971	-	5.971	-
Outros		-	1.670	-	1.670
		16.079	77.160	16.079	77.160
Circulante		(11.815)	(76.573)	(11.815)	(76.573)
Não circulante		4.264	587	4.264	587

(1) Garantido, não em sua totalidade, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória. Garantido por alienação fiduciária dos bens e nota promissória.

(2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e nota promissória.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2007	2006
2008	-	587
2009	1.451	-
2010	1.378	-
2011	1.120	-
2012	315	-
	4.264	587

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

	<u>Controladora</u> <u>2007</u>
Passivo	
Circulante	
Principal	14.804
Encargos	4.035
	<u>18.839</u>
Não circulante	
Principal	88.796
	<u>107.635</u>

Características da oferta:

Debêntures	1ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	10.360
Remuneração	CDI + 1,5% a.a.
Vencimento	01/09/2011

Em 18 de outubro de 2007, foi efetuada a liquidação financeira referente à primeira oferta pública de debêntures da Companhia com data de emissão de 1º. de setembro de 2007 e valor nominal de R\$ 10, com a captação do montante bruto de R\$ 105.147 (inclui rendimento de 1º. de setembro a 18 de outubro de 2007).

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificado e não serão conversíveis em ações da Companhia.

O valor do principal será amortizado em 7 parcelas semestrais, a partir do 12º. mês da data de emissão, sendo a primeira em 1º. de setembro de 2008 e a última em 1º. de setembro de 2011.

A operação está garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da J. Macedo S.A., decorrentes da comercialização de seus produtos, representados por duplicatas físicas e/ou escriturais.

Esta operação teve classificação de risco brA- da "Standard & Poor's".

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>2007</u>
2009	29.609
2010	29.609
2011	29.578
	<u>88.796</u>

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Tributos a recolher

	Controladora						Consolidado					
	Não		Total	Não		Total	Não		Total	Não		Total
	Circulante	circulante		2007	Circulante		circulante	2006		Circulante	circulante	
ICMS	8.790	-	8.790	8.763	-	8.763	8.790	-	8.790	8.762	-	8.762
PIS	311	-	311	204	-	204	311	-	311	204	-	204
COFINS	1.435	-	1.435	940	-	940	1.435	-	1.435	940	-	940
Parcelamento ICMS a recolher (a)	1.740	3.478	5.218	859	4.236	5.095	1.740	3.478	5.218	859	4.236	5.095
Parcelamento PAES (b)	4.704	18.949	23.653	6.530	22.773	29.303	4.704	18.949	23.653	6.530	22.773	29.303
Parcelamento AFRMM	74	106	180	66	165	231	74	106	180	66	165	231
Parcelamento Excep. – PAEX (c)	487	6.180	6.667	5.223	-	5.223	487	6.180	6.667	5.223	-	5.223
Diferimento ICMS (PROVIN)	916	5.889	6.805	-	3.780	3.780	916	5.889	6.805	-	3.780	3.780
IPTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INSS retido	361	-	361	-	-	-	361	-	361	-	-	-
ISS retido	109	-	109	-	-	-	112	-	112	-	-	-
Outros	2.105	-	2.105	1.638	-	1.638	2.130	-	2.130	1.640	-	1.640
Total	21.032	34.602	55.634	24.223	30.954	55.177	21.060	34.602	55.662	24.224	30.954	55.178

- a) Parcelamentos de débitos de ICMS das unidades de Maceió, Niterói e Fortaleza, efetuado em 2003, 2002 e 2007. Em 31 de dezembro de 2007, os saldos em aberto são compostos por 60, 52 e 3 parcelas, respectivamente, sendo as parcelas de curto prazo no montante de R\$ 1.740 (R\$ 859 em 31 de dezembro de 2006).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Tributos a recolher - Continuação

- b) O saldo de parcelamentos federais (PAES) existente em 31 de dezembro de 2007, no valor de R\$ 23.653 (R\$ 29.303 em 31 dezembro de 2006), decorre de obrigações no montante original de R\$ 25.721, sendo R\$ 15.597 de IPI da Companhia e R\$ 10.124 de obrigações da controladora (J. Macêdo Alimentos S.A.) à época da reestruturação societária ocorrida em 1999, conforme detalhado a seguir:

De outubro de 1999 a fevereiro de 2000 a controladora recolheu as contribuições ao PIS e à COFINS referentes às unidades de Fortaleza, Maceió, Recife, Salvador e Niterói, apesar dessas unidades, naquele período, já terem sido migradas contábil e operacionalmente para a Companhia.

Como o recolhimento desses tributos tinha sido feito pela controladora, a Companhia permaneceu como devedora dos tributos, incluindo-os oportunamente no PAES – Pedido de Parcelamento Especial. Em contrapartida, constituiu créditos de mesmo valor a receber da controladora, que ingressou junto à Secretaria da Receita Federal com pedido de restituição dos valores recolhidos por conta e ordem da Companhia. Como consequência, a Companhia e a controladora firmaram contrato pelo qual, a controladora se compromete a repassar à Companhia todo o valor devido relativo ao processo.

- c) A Companhia em 14 de setembro de 2006 exerceu a opção do Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos do artigo 1º da Medida Provisória nº. 303 de 29 de junho de 2006, por um período de 130 meses, podendo a qualquer tempo ser amortizado integralmente pela Companhia. Foram incluídos os processos de Imposto de Renda e Contribuição Social, cujos valores estavam pendentes face a compensações vedadas em razão da Instrução Normativa 41/2000 e, em outro caso, compensação superior aos 30%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
2008	-	8.080	-	8.080
2009	12.062	10.266	12.062	10.266
2010	6.067	7.225	6.067	7.225
2011	6.067	5.383	6.067	5.383
2012	6.140	-	6.140	-
A partir de 2013	4.266	-	4.266	-
	34.602	30.954	34.602	30.954

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências

A Companhia é parte em 620 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Tributárias (a)	15.414	11.410	15.414	11.410
Trabalhista (b)	6.225	6.709	6.225	6.709
Cível (c)	3.023	2.389	3.023	2.389
Outras	724	1.214	724	1.214
(-) Depósitos judiciais	(799)	-	(799)	-
Saldo das contingências, líquidas	24.587	21.722	24.587	21.722

a) Tributárias:

Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia figurava como ré em 129 ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de aproximadamente R\$ 202.651, sendo aproximadamente R\$ 45.884 de tributos federais e aproximadamente R\$ 156.767 de impostos estaduais. Do valor total da contingência tributária, (i) R\$ 15.414 referem-se à chance provável de perda, em 6 ações; e (ii) R\$ 93.675 referem-se à chance possível de perda em 49 ações;

Os Estados de São Paulo, Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rondônia, Pará, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia exigem débitos de ICMS no valor de R\$ 156.767. As discussões mais relevantes, em âmbito administrativo e judicial são:

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências – Continuação

a) Tributárias – Continuação:

a.1) O Estado de São Paulo exige débitos de ICMS que decorrem de suposto não recolhimento do imposto sobre mercadorias que, embora tenham sido importadas por empresas localizadas em outros Estados e posteriormente vendidas à empresa localizada em São Paulo, foram tidas pelo Fisco como importadas diretamente pela empresa localizada em São Paulo. Estima-se que o montante envolvido seja de R\$ 51.925, como descrito a seguir:

i) Processo Administrativo nº. 051576

- Autuante: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
- Autuado: Lapa Alimentos S/A (atual J.Macêdo S.A.)
- Foro: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo/SP
- Distribuição: 21/11/1994
- Objeto: autuação lavrada devido à falta de recolhimento de ICMS relativo às importações de mercadorias realizadas através de empresas localizadas em outras Unidades da Federação, mercadorias essas desembaraçadas no Porto de Santos. Período de 1988 a 1993.
- Andamento: aguarda-se julgamento de Recurso Especial interposto perante o Tribunal de Impostos e Taxas – TIT.
- Valor envolvido: R\$ 51.925

a.2) O Estado de Pernambuco exige débitos de ICMS decorrentes do não recolhimento antecipado desse imposto na saída de farinha de trigo para indústrias de massas situadas neste Estado, bem como para outras indústrias locais. Estima-se que o montante envolvido seja de R\$ 17.631, com destaque para:

ii) Ação Declaratória nº. 001.1997.038758-0

- Autor: S. A. Santos e Fazenda Pública de Pernambuco
- Réu: J. Macedo S.A. – Unidade Recife
- Foro: Fazenda Pública do Estado de Pernambuco
- Distribuição: 01/07/1997
- Vara: 5ª Vara
- Objeto: ação Declaratória ajuizada visando a declaração de inexistência de relação jurídica entre as autoras, S.A Santos, e os Réus, no que se refere a notas fiscais autuadas pela Fazenda Estadual e conseqüente cobrança de ICMS antecipação que supostamente não foi recolhido pela S.A. Santos e está sendo cobrado da J.Macêdo.
- Andamento: atualmente, os autos encontram-se com o juiz da 5ª Vara Cível de Pernambuco para despacho.
- Valor envolvido: R\$ 13.081

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências – Continuação

a) Tributárias – Continuação:

a.3) O Estado do Rio de Janeiro exige o ICMS – IMPORTAÇÃO apurado no momento da entrada de trigo em grãos no país. Estima-se que o montante envolvido seja de R\$ 60.334, sendo o maior processo com montante de aproximadamente R\$ 45.565 (perda remota).

Adicionalmente, a Companhia está pleiteando a homologação de compensação efetuada entre créditos de PIS e COFINS (originados de pagamentos indevidos por conta da inclusão, na base de cálculo dessas contribuições, de receitas de vendas com destino à Zona Franca de Manaus) com débitos de COFINS e IRPJ. O valor estimado da discussão é de R\$ 935.

Discute-se judicialmente o reconhecimento do direito a créditos de PIS para compensar com débitos de PIS e COFINS. Entende-se que esses créditos decorrem de recolhimentos indevidamente efetuados nos termos da Lei nº 10.637/2002, sob o fundamento de que a nova sistemática de cobrança do PIS trazida por essa Lei não poderia produzir efeitos durante os 90 (noventa) dias que sucederam a sua publicação. O valor estimado da discussão é de R\$ 4.503.

b) Trabalhistas:

No geral, as principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra nós referem-se a horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais decorrentes de equiparações e integrações das horas extras e férias.

Em 31 de dezembro de 2007, existiam 230 ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nas ações trabalhistas em andamento é de aproximadamente R\$ 14.225. Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 6.225 referem-se à chance provável de perda em 119 ações trabalhistas; e (ii) R\$ 5.491 referem-se à chance possível de perda em 92 ações trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2007, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas (demonstrado no balanço patrimonial como “outras contas a receber” no realizável a longo prazo), importavam de R\$ 2.140.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências – Continuação

c) Cíveis:

Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia era ré em 261 ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 7.414. Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 3.747 referem-se à chance de perda provável em 201 ações; e (ii) R\$ 3.179 referem-se à chance possível de perda em 34 ações.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo em ações indenizatórias por acidente de trabalho, representantes comerciais e ações de cobrança fundadas em motivos variados, entre outros.

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 197.872, estava representado por 21.832.128 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 11.496.342 de ações ordinárias e 10.335.786 de ações preferenciais, das quais 10.334.449 de classe “A” e 1.337 de classe “B” subscritas com recursos do FINOR.

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe “B”, foram subscritas com recursos do “Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR”, e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

As ações preferenciais não terão direito de voto; as ações preferenciais classe “B” farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido – Continuação

(b) Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do conselho de administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da assembléia geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

(c) Reserva de capital – Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrente da isenção dos impostos de renda registrado como reserva de capital no exercício em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 238 (R\$ 363 em 31 de dezembro de 2006). Esta reserva destina-se a aumento de capital ou compensação de prejuízo não podendo ser distribuída aos acionistas.

(d) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal até alcançar 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendo conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitado a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da assembléia geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro 2007 foram distribuídos dividendos de R\$ 7.941 sobre o saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2006.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS—Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido - Continuação

(d) Destinação do lucro--Continuação

A Administração está propondo uma distribuição de dividendos no valor de R\$ 10.078, “ad-referendum” da Assembléia Geral Ordinária, como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do exercício	10.608	12.780
(-) Reserva legal – 5%	530	639
Base de cálculo do dividendo	10.078	12.141
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	2.520	3.035
Dividendos complementares	7.558	-
Dividendos propostos	10.078	3.035

(e) Honorários da administração

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 500, cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores.

(f) Ações em tesouraria

A Companhia não possui ações em tesouraria.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Remunerações	17.603	-	17.603	-
Encargos sociais	12.769	-	12.769	-
Benefícios	4.431	-	4.431	-
Despesas variáveis de venda	8.223	-	8.223	-
Fretes e carretos	71.562	-	71.562	-
Verbas com contratos de fornecimento	23.357	-	23.357	-
Verbas comerciais	4.118	-	4.118	-
Gastos com marketing	16.337	-	16.337	-
Serviços de terceiros	19.637	-	19.637	-
Viagens e representação	4.526	-	4.526	-
Aluguéis e arrendamentos	5.602	-	5.602	-
Informática	46	-	46	-
Comunicação	1.246	-	1.246	-
Manutenção e conservação	535	-	535	-
Impostos, multas e taxas diversas	527	-	527	-
Utilidades	540	-	540	-
Outras despesas	9.793	-	9.793	-
Total	200.852	-	200.852	-

19. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Remunerações	12.257	-	12.359	50
Participação dos Empregados	1.179	-	1.179	-
Encargos sociais	9.967	-	9.967	-
Benefícios	3.522	-	3.522	-
Outros gastos com pessoal	2.459	-	2.460	-
Serviços de terceiros	17.574	665	17.574	697
Comunicação	2.024	-	2.024	-
Manutenção e conservação	1.182	-	1.182	-
Utilidades	885	-	890	6
Aluguéis, arrendamentos e condomínio	1.917	-	1.917	-
Viagens e representação	2.500	-	2.505	-
Informática	1.120	-	1.120	-
Impostos, multas e taxas diversas	2.152	165	2.161	177
Outros	2.924	802	2.924	829
Total	61.662	1.632	61.784	1.759

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Despesas de juros	(12.796)	-	(12.859)	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(748)	(11.938)	(748)	(11.967)
CPMF	(5.197)	-	(5.208)	-
Outras despesas financeiras	(5.311)	(681-)	(5.311)	(874)
Descontos Concedidos	(133)	-	(133)	-
Tarifas Bancárias	(1.628)	-	(1.628)	-
IOF	(775)	-	(776)	-
Total das despesas financeiras	(26.588)	(12.619)	(26.663)	(12.841)
Rendimento de aplicação financeira	-	8.931	-	8.931
Receitas de juros	4.909	-	4.909	-
(-) PIS/COFINS s/Rec. Financeiras	(20)	-	(20)	-
Descontos Obtidos	439	-	439	-
Variações monetárias e cambiais ativas	903	11.191	903	11.191
Outras receitas financeiras	454	1.096	454	1.112
Total das receitas financeiras	6.685	21.218	6.685	21.234
Resultado financeiro líquido	(19.903)	8.599	(19.978)	8.393

21. Despesa não operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Provisão para realização de bens destinados à venda	(1.380)	-	(1.380)	-
Baixa de ativo imobilizado	(873)	-	(873)	-
Outras despesas não operacionais	(66)	-	(249)	-
	(2.319)	-	(2.502)	-

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.985	14.156	20.146	14.214
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(172)	-	-	-
Lucro após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	19.813	14.156	20.146	14.214
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	6.736	4.813	6.850	4.833
Efeito ganho de investimentos alienados no exercício	-	(3.184)	-	(3.184)
Provisões para contingência	919	-	919	-
Provisão para devedores duvidosos	1.801	-	1.801	-
Despesas não dedutíveis	1.350	-	1.350	-
Outras provisões	3.082	-	3.082	-
Provisão para participação de empregados no lucro	(1.306)	-	(1.306)	-
Compensação do prejuízo fiscal	(3.829)	(600)	(3.829)	(600)
Incentivo fiscal	(238)	-	(238)	-
Outros	862	347	909	385
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	9.377	1.376	9.538	1.434
Alíquota efetiva	47%	10%	47%	10%

b) Prejuízo fiscal e base negativa:

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia apresenta prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, acumulados, de R\$ 89.374 (R\$ 100.638 em 31 de dezembro de 2006) e R\$ 91.270 (R\$ 102.403 em 31 de dezembro de 2006), respectivamente, os quais não possuem prazo prescricional de acordo com a legislação fiscal vigente, mas sua compensação está limitada a 30% do lucro real apurado a cada ano.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Incentivos fiscais

Diversos benefícios fiscais haviam sido concedidos para a antiga sociedade J. Macêdo S.A.. Tendo em vista que a Águia S.A. incorporou a J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro 2006 e passou a atuar com esta última denominação social, essas operações devem ser comunicadas às autoridades fazendárias para que os incentivos continuem em vigor.

Para alguns incentivos, já houve comunicação e o benefício foi estendido à Companhia resultante da incorporação pela Águia S.A. em 31 de dezembro de 2006. Para outros, está a Administração da Companhia formalizando novo pedido às autoridades administrativas, conforme indicado abaixo:

a) ADENE (Âmbito Federal):

A J. Macêdo S.A. (nova denominação social de Águia S.A.) era beneficiária do incentivo fiscal concedido pela Lei nº 4.239/63 (com alterações trazidas pela legislação superveniente, em especial a Lei nº 9.532/97 e a Medida Provisória nº 2.199-14/01). O incentivo abrangia as unidades localizadas nos Estados do Ceará, Alagoas, Paraíba e Bahia, que, até 31 de dezembro 2006, recolhiam o IRPJ com redução de 25%. A continuidade do benefício depende de certos procedimentos burocráticos em andamento.

b) Estado do Ceará:

A J. Macêdo S.A. (nova denominação social de Águia S.A.) é beneficiária do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial ("PROVIN"), que tem como objetivo conceder incentivo fiscal para o desenvolvimento das atividades industriais em todo o território do Estado do Ceará. Estamos concluindo as providências necessárias para informar as autoridades fazendárias sobre a incorporação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, este incentivo fiscal totalizou R\$ 15.331 (R\$ 5.858 em 31 de dezembro de 2006).

Nos termos do PROVIN, foram concedidos à sociedade incorporada os seguintes incentivos:

(i) a unidade de Fortaleza é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até março de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 36 meses, para os incentivos fiscais incorridos até outubro de 2006 e 24 meses nos períodos subsequentes, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS; e

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Incentivos fiscais -- Continuação

c) Distrito Federal:

A J. Macêdo S.A. (nova denominação social de Águia S.A.) firmou Termo de Acordo de Regime Especial com o Distrito Federal. Com base nesse regime, era permitido abater, na apuração do ICMS, porcentagem fixa sobre o montante das operações e prestações de saídas de mercadorias ou serviços com incidência do imposto.

d) Santa Catarina:

A J. Macêdo S.A. (nova denominação social de Águia S.A.) é beneficiária de Regime Especial no Estado de Santa Catarina, por meio do qual recolhe o ICMS Importação incidente sobre matéria-prima, material secundário ou intermediário, importados pela Companhia e destinados à industrialização em território catarinense, com diferimento para a etapa seguinte ao desembaraço aduaneiro.

e) Paraíba:

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba ("FAIN"), que tem como objetivo conceder subvenções para o desenvolvimento das atividades industriais em todo o território do Estado da Paraíba. As Autoridades Fazendárias foram informadas sobre a incorporação, portanto, o benefício está sendo utilizado pela Companhia.

Nos termos do FAIN, foram concedidos os seguintes incentivos:

(i) diferimento do ICMS Importação e do ICMS Substituição por Entradas, incidentes nas importações de trigo em grãos e farinha de trigo do exterior destinada à industrialização, para até 10 (dez) dias após o término de cada quinzena do mês em que ocorrer o desembaraço aduaneiro da mercadoria; e

(ii) crédito presumido de 27,27% do ICMS devido na aquisição de farinha de trigo diretamente de moinhos localizados nos Estados Signatários do Protocolo ICMS nº 46/00.

Durante o exercício de 2007 e 2006 a Companhia tem se beneficiado apenas dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, devido não ter efetuado importações de trigo nos demais Estados com incentivos fiscais concedidos.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros

(a) Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (swaps) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

(b) Valor de mercado:

O valor de mercado estimado dos instrumentos financeiros, principalmente aplicações financeiras e contas a receber, se aproxima do seu valor contábil por causa do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Os valores de mercado estimados de empréstimos e financiamentos são baseados em taxas de juros em 31 de dezembro de 2007 e 2006 para transações com características similares, os quais estão próximos dos valores contábeis.

(c) Fatores de risco

Os fatores de risco que afetam os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são os seguintes:

i) Risco de câmbio e de preços dos insumos e produtos acabados

O principal insumo utilizado no processo produtivo é o trigo, cujo preço sofre flutuações em função das forças de mercado, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado internacional. Os riscos da taxa de câmbio e preço do trigo relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio e preço do trigo aumentando o custo da matéria-prima (trigo importado) e de produção. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo no mercado internacional ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e 2006 as importações de trigo totalizaram R\$ 141.382 e R\$ 128.447, respectivamente. Essas operações são usualmente liquidadas a vista ou com prazo inferior a 7 (sete) dias, não tendo ocasionado saldos a pagar na data do balanço.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros - Continuação

(ii) Risco operacional de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

(iii) Risco da taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer significativas variações em decorrência de variações nas taxas de juros que remuneram os seus financiamentos e empréstimos a pagar. Para reduzir tal risco, a administração monitora ativamente as variações nas taxas de juros de mercado.

(iv) Risco de crédito financeiro

Não há concentração de recursos disponíveis que não tenham sido mencionados acima que poderiam, se eliminados repentinamente, impactar severamente a operação da Companhia.

25. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Modalidade:	2007	2006
Incêndios, raios e explosões	<u>65.000</u>	80.800
Danos elétricos	600	382
Vendaval	20.000	18.550
Lucros cessantes decorrentes de incêndios	<u>45.000</u>	47.946
	<u>130.600</u>	<u>147.678</u>

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Alterações na preparação e divulgação das demonstrações financeiras

Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei n. 11.638 que altera e revoga alguns dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei n. 6.385 de 7 de dezembro de 1976. As disposições desta nova Lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2008, contemplando as seguintes modificações que poderão vir a ser aplicáveis à Companhia:

a. Preparação e divulgação das demonstrações financeiras:

A nova Lei determina que deva haver clara distinção entre as demonstrações financeiras preparadas para fins fiscais e aquelas preparadas para atender à Lei das Sociedades por Ações. Os lançamentos de ajustes efetuados exclusivamente para atender às normas contábeis, assim como as demonstrações financeiras ajustadas, não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.

b. Alterações nas normas contábeis:

Os ativos líquidos, negócios ou empresas adquiridos de partes não relacionadas devem ser inicialmente avaliados pelo valor de mercado.

Os ativos e passivos de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. Os demais saldos devem ser ajustados ao seu valor presente, apenas quando houver efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A Companhia deverá efetuar, periodicamente, análise da recuperação dos valores registrados nos ativos imobilizado, intangível e diferido a fim de que sejam: (a) registradas as perdas do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor ou (b) revisados e ajustados os critérios para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. Os bens objeto de arrendamento mercantil financeiro devem ser registrados no ativo imobilizado.

Torna obrigatória a preparação das demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, para o ano de 2008 sem indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior, substituindo a demonstração das origens e aplicações de recursos.

No presente momento não é possível antecipar os impactos, introduzidos pela Lei n. 11.638, sobre os resultados das operações e sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia a serem refletidos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2008.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Evento subsequente

Em reunião realizada em 4 de março de 2008, o Conselho de Administração, com objetivo de otimizar a operação de produção da Companhia, decidiu pela paralisação das atividades do Moinho da Lapa. A produção, até então, desenvolvida neste moinho está sendo remanejada para os demais moinhos que integram o Acordo Operacional (acordo de industrialização recíproca) com a Bunge Alimentos S.A. (vide Nota 1). Essa medida não prejudicará o crescimento da produção esperada para o exercício de 2008. A Companhia tem a intenção de desativar este moinho. Com base em avaliações efetuadas por corretoras reconhecidas pelo mercado, o valor de realização do terreno será suficiente para cobrir o valor contábil do terreno e valor residual de todo o parque industrial que representa este moinho, além das indenizações trabalhistas.